

DIRECTOR

Álvaro Afonso dos Santos

ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA



SEDE

RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa

PORTUGAL COLONIAL



DREÇO AVULSO

Metrópole..... 3500
Colónias..... 4500

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)... 18500
Colónias (6 meses)... 24500



COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFICA LIMITADA
Conde Barão, 50—LISBOA

Visado pela Comissão de Censura



desiz
fragojo
951



Revista de propaganda
expansão colonial

FUNDADOR: HENRIQUE GALVÃO

SUMÁRIO

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos.</i> Professor, escritor e jornalista
O GENERAL SMUTZ E A COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE	<i>Engenheiro Lopes Galvão</i>
LITERATURA PARA A MOCIDADE—O PROGRAMA DE UMA REVISTA DE ARTE E LITERATURA COLONIAIS	<i>Dr. Armindo Monteiro</i> Ministro das Colónias
O MUNDO PORTUGUÊS	<i>A. S.</i>
A "VIÁ LOBITO" E O TRÁFEGO DA REGIÃO POR ELA SER- VIDA.....	<i>Engenheiro Gonçalo Cabral</i>
A CONCORRÊNCIA JAPONESA	***
POLÍTICA IMPERIAL DE PAUTAS	<i>Albano de Sousa</i>
SÓBRE A UTILIZAÇÃO DE SALPRÊSA NA INDÚSTRIA DE PESCA DE MOSSÂMEDES E O APARECIMENTO DO "ROUGE" NESSA PREPARAÇÃO	<i>Carlos Carneiro</i>
PÁGINA LITERÁRIA—PRETOS E BRANCOS.....	<i>Henrique Galvão</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE	<i>Christian de Caters e Prof. Dr. Mendes Corrêa</i>
CRÓNICA DO MÊS	<i>A. S.</i>
NOTAS DO MÊS	***
INFORMAÇÕES, ETC	***
ESTATÍSTICA.....	***

Uma carta mensal

de Portugal

para as **Pelo dr. Agostinho de Campos**
Colónias

PORTUGAL COLONIAL, no seu n.º 34, de Dezembro último, inseriu neste mesmo lugar algumas linhas nossas, endereçadas em parte a certos reformadores que pretendem que tudo e todos vão mal entre nós, mas não se excluem a si mesmos, da triste regra que lhes parece geral.

Dizíamos por exemplo o seguinte: «¿ Com que direito se nomeiam (esses) a si próprios os únicos Noés escapos ao dilúvio das más escolas e da insuficiente preparação intelectual? Se entre nós predomina o lirismo, a insuficiente preparação intelectual, etc., convém que na fervura dos que fervem por ideias de transformação política ou social miraculosa eles próprios deitem a água refrigerante da reflexão, da modéstia intelectual e da auto-análise. . . »

Este e outros passos da nossa lucubração para uso interno foram transcritos e comentados pela Azione Coloniale de Roma (4 de Janeiro último) que, ou por inadvertência, ou por impetido conficamento da nossa língua, ou por qualquer outro motivo, apresenta como ideias ou sentimentos do cronista tudo quanto elle attribua na máxima parte a outras pessoas ou a outras correntes. E sobre esta errada base a excelente revista romana edifica a seguinte injusta e inoportuna conclusão:

«A classe dirigente portuguesa está liquidada (spacciata), e A. de C. dá-nos dela um quadro desastroso no Portugal Colonial. . . »

Em seguida fala a Azione em falência política e económica de Portugal, desdenha dos restos (lembi) do nosso império ultramarino e termina o seu originalíssimo comentário acreditando que os dirigentes portugueses são. . . tanto bestie. Por último faz votos para que a Itália e as suas coisas (noi e le nostre cose) não caiam jamais sobre os traços (strali) da crítica deste pobre A. de C.!

Piano, piano, signore! . . .

Em primeiro lugar, convém saber português para apreciar um artigo escrito em português.

Em segundo lugar é de aconselhar a estrangeiros que não tirem conclusões apressadas do que escrevem sobre Portugal e as suas coisas moralistas ou pedagogos portugueses.

No nosso escrito assim destroçado pela Azione Coloniale não fizemos propriamente crítica nossa, mas, pelo contrário, tratávamos de contrariar alheias críticas. Reservamo-nos porém o direito da elegia, do pessimismo, da caricatura de vícios, do sermão edificante e severo e de outras formas clássicas de exagêro crítico, sempre que, no desejo idealista do melhor ou do ótimo, nos apeteça corrigir erros e nos suceda, para tal efeito, pintar as realidades mais negras do que elas porventura são.

Em língua portuguesa se encontra escrito, desde longos séculos e até nos próprios séculos do nosso apogeu, tudo quanto qualquer estrangeiro desprevenido e ingénuo possa desejar para concluir malemáticamente que Portugal está morto há novecentos anos, isto é, desde o seu nascimento. Podem até encontrar-se textos que façam desconfiar se esta velha nação algum dia chegou a nascer. E nas outras línguas, e nas outras terras, acontece exactíssimamente a mesma coisa.

Pelo que a Portugal propriamente respeita, mil realidades provam que elle está vivo e de saúde perfeita. Os estranhos que desejem acreditar no contrário correm à desilusão de encontrar vida e robustez onde já lhes deliciava os narizes um magnífico cheiro a cadáver.

Prova disto é ter a Azione Coloniale escolhido a pior das ocasiões para falar em falência política e conómica (fallimento político ed economico) da nossa terra. Em jornais do mundo inteiro pode lei-se que as finanças portuguesas são actualmente modelo de equilibrio, estabilidade e solidez; e que a crise económica tem sido aqui estudada, combatida e atenuada por métodos que a várias grandes nações conviria imitar e aplicar.

Se a Azione Coloniale ignora ainda o que toda a gente sabe, socorra-se dos vários modos de informação de que dispõe e logo averiguará que os orçamentos do Estado português se fecham há anos com saldo; que a nossa moeda está firmada sobre fortes reservas de oiro; que todos os compromissos públicos exteriores se cumprem religiosamente, nesta época em que a moratória unilateral, a insolvência pura e simples e os créditos gelados parecem ter-se tornado de boa lei

internacional. Por outro lado a nossa crise de desemprego, reflexo do geral descalabro e localmente agravada pela agitação anárquica da vizinha Espanha e pelo encerramento do Brasil à nossa emigração, tem sido aqui combatida por meios ao mesmo tempo efficientes na prática e educativos pelo aspecto moral. Os sábios dirigentes portugueses souberam evitar o erro em que outros caíram lá por fora, incitando à ociosidade com a transformação do desemprego em emprego de receber... e não fazer nada.

Gli ultimi dell' impero coloniale portoghese... Esta velha historietta é o preço que nos custa termos uma história grandiosa. Porque durante mais de um século quasi todos os mares foram nossos; porque primeiro que outros nenhuns no mundo ensinámos o Homem a ver só mar e céu longos dias sem medo; porque um português demonstrou com a quilha da sua nau percursora a redondeza da Terra; porque algum tempo íamos de Lisboa ao Japão e às Molucas navegando sempre em águas só nossas e descansando em terras só nossas—porque soubemos fazer o impossível, acha-se agora o possível coisa pouca e indigna de nós. Afinal, esta ponta de desprezo equivale a um elogio por negação ou por absurdo; e temos de agradecer como homenagem o que se nos dá por desdém...

Eis-nos pois, bem inesperadamente, forçados a recordar a uma bela publicação de país amigo, que Portugal é, material e moralmente, uma das grandes potências coloniais do mundo de hoje;

que no seu império ultramarino caberia mais de vinte vezes a Metrópole europeia; que todos esses extensíssimos territórios estão ocupados, pacificados, dominados na ordem perfeita quasi sem soldados nem armas; polvilhados de povoações portuguesas até as mais longínquas fronteiras interiores; sulcados por toda a parte de excelentes estradas de rodagem automóvel; dotados de linhas férreas onde se viaja tão comodamente como nas mais adiantadas da Europa. Ora esta grande obra de civilização fez-se com sangue, heróicidade e tino administrativo português, nestes nossos séculos XIX e XX, por façanhas tão grandes e inteligência tão certa, como aquelas que nos deram nome e fama nos velhos tempos chamados áureos.

Se bem se observar e meditar, cremos que se podem olhar de fora com simpatia e respeito a nação e o povo que, nas borrascas e catástrofes europeias dos últimos três séculos, puderam conservar e construir tanto. E convém não esquecer que, nesses mesmos três séculos, conseguimos povoar metade da América do Sul e impusemos a nossa língua a um bom pedaço de terra onde Portugal cabe cem vezes.

E aqui está. Em Portugal ninguém ignora que a Itália é grande e gloriosíssima nação, mãe e mestra da Latinitude, honra da raça comum e da comum tradição. Orgulhamo-nos todos de que tenha chegado até nós o leite da antiga Loba. Mas, naturalmente, não gostamos de ver um ilustre jornal italiano reeditar contra nós o homo hominí lupus.

O general Smutz e a Colónia de Moçambique

PELO ENGENHEIRO LOPES GALVÃO

Publicamos hoje o primeiro artigo do Sr. Engenheiro Lopes Galvão, colonial distintíssimo e técnico de larga experiência, cujo profundo conhecimento dos problemas moçambicanos lhe dá jus a ser considerado uma grande autoridade na matéria. A Colónia de Moçambique deve-lhe assinalados serviços pois nela soube dispender por largos anos toda a sua competência, energia e actividade notáveis, trabalhando apaixonadamente pelo seu engrandecimento. Muitas das grandes obras da Colónia são devidas à sua inteligência e esforço.

UMA das figuras que mais brilho adquiriram na política da Grande Guerra foi, sem contestação o General Smutz.

Homem duma rara energia, servida por uma sólida cultura e por uma grande inteligência,

foi naturalmente fadado para superiores destinos.

É bem um condutor de povos.

Imperialista à moda do século passado, não encontra limites nas suas aspirações políticas.

É ou quer ser, um continuador de Cecil Rhodes. Os tempos são outros, mas as armas também são outras.

E ele sabe bem adaptá-las às circunstâncias da ocasião.

Domina-o um pensamento: assenhorar-se da economia de toda a África Austral, a começar no equador. Tal realização deve ser a primeira etapa dos seus grandiosos designios.

A incorporação de todo o Congo Belga na sua esfera de acção, baseada na indivisibilidade económica da bacia do Zaire, não deixará de lhe sorrir também, e, porventura, de entrar nos seus planos, porque, emfim, o norte do Congo Belga não deixa de ter valor e sobretudo dá ligação para o Sudão e para o Egipto, arranjan-do-se assim um vasto corre-

dor que conduz às portas da Alexandria se os egípcios não tolhem o passo pelas alturas de Khar-toum. Ligaria assim territorialmente o Cabo ao Cairo, realizando um pensamento mais arrojado que o de Cecil Rhodes que se contentou com o caminho de ferro.

Ele proclama que não faz questão de bandeira. Todas lhe servem. Mas não o devem contrariar nos seus desígnios.

Não usa o General uma tática guerreira, à moda de Rhodes, para conseguir os seus fins. Hoje, os meios a empregar são outros. Não se atira à cabeça: vai-se direito ao estômago. Não se vence pela metralha que a Sociedade das Nações não deixa: impõe-se o rendimento pela fome. A acção é mais lenta, mas é igualmente eficaz.

Somos nós os vizinhos mais próximos da União: é por isso natural que sejamos os primeiros a sentir os efeitos da sua política.

Em 1922 denunciou Smutz, sem qualquer aviso prévio, a Convenção existente entre o Transvaal e Moçambique.

Esta convenção fôra negociada, em 1909, com o Governo do General Botha, sob inspiração do então Alto Comissário da África do Sul, Lord Selborne.

Aquele estadista, de saudável memória para todos, cumpriu-a sempre tão fielmente como nela se continha, na expressão do nosso formulário legislativo.

Mas o General Botha morreu; sucedeu-lhe na chefia do governo o General Smutz e Lourenço Marques sentiu-se desde logo ameaçada. E com razão, como se viu.

Acaso criávamos nós algum embaraço ao engrandecimento da União? Nenhum.

Nós escrupulosamente autorizávamos todo o recrutamento da mão de obra, não só para as minas, como para a agricultura e indústria.

E até para criação de servir.

Mas esses pretos, que davam o melhor do seu esforço a benefício da economia da União, traziam para Lourenço Marques algumas economias. E isso é que o Transvaal não queria.

Que se contentassem com as doenças que lá contraíam e ninguém pensava em curar; parecia-lhe bastante que trouxessem consigo a tuberculose, a sífilis e outras doenças de gravidade.

Também lhe começaram a fazer aflição os cachos de bananas que para lá seguiam.

E como os pretos eram precisos, pensou então na intervenção económica para continuarmos a dá-los, sem proveito. Tentou ainda o condomínio do porto de Lourenço Marques.

O General não fazia segredo dos seus propósitos.

Desde que não quiséssemos aceitar o seu ponto de vista, mandaria fazer um porto em Kosi-Bay, ou noutra Bay qualquer; isolava Lourenço Marques, com um cinto de ferro que ia de Incomati ao Maputo e o tráfego seria todo desviado para os portos do Natal.

Os estudos duma linha férrea ligando Komati-port à rede do Natal devem estar feitos.

Por outro lado, a aspiração, já velha, da Rodésia se ver ligada com Lourenço Marques por Nicolson Neck, só seria atendida se ele também mandasse no que era só nosso. O mesmo pelo que diz respeito à ligação do caminho de ferro da Suasilândia.

Não nos deram, por essa altura, os homens das

minas, o apoio a que tínhamos direito e que, no seu próprio interesse, nos deviam dar.

E a Convenção caíu.

Bem podíamos nós ter respondido à guerra com a guerra. A corda não partiria pelo nosso lado. Confiávamos que nos fizessem justiça.

Suspeitassem os ingleses que nós, em defesa dos nossos legítimos direitos, éramos capazes duma atitude firme, e o Governo da União não teria ido tão longe como foi. Pelo contrário, oferecer-nos-iam mais vantagens do que as que tínhamos, como mais tarde aconteceu, em face da atitude decisiva de João Belo, ministro das Colónias.

O isolamento de Lourenço Marques, privando-o do tráfego de trânsito, era uma violência inaudita.

Tudo o que está feito em Lourenço Marques foi feito para servir os interesses do Transvaal e a perda do próprio Transvaal. No porto estão gastos para cima de 3 milhões de libras que devem merecer consideração por parte de quem exigiu que se gas-tassem.

Estivesse Lourenço Marques equipado para o tráfego interno apenas e servisse concomitantemente o Transvaal, admitia-se um tal gesto, embora começasse por não ser de boa vizinhança.

Mas não é assim: fizemos os cais acostáveis; fizemos os armazéns; equipámos o porto com tudo o que há de mais moderno; montámos carvoeiras, construímos frigoríficos; adquirimos material de tracção do melhor, tudo isto para servir as Minas, para servir Transvaal.

Temos por isso direito a exigir que toda essa utensilagem seja valorizada.

Se se invertessem as situações, num desprezo por direitos tão legítimos, seria isso o suficiente para um «casus belli».



O primeiro ataque feito pelo general Smutz aos nossos interesses realizou-se, como vimos, em 1922, com a denúncia pura e simples da Convenção. É certo que esta podia ser denunciada; mas se nos fôsse dada uma satisfação não seria certo que ficasse mal, fôsse a quem fôsse.

Por essa ocasião disse o general, num banquete que próximo do Cabo lhe foi oferecido pelos seus partidários, que os Boers não reconheciam fronteiras às suas ambições. Os marcos marchavam à frente dos seus propósitos.

O melhor é transcrever o essencial do seu discurso. Disse ele:

«Our ancestors had always shifted their own beacons and even to day our boundaries were not matters of the Medes and Persians.

The Boer had always suffered from land hunger, and he was a Boer. He would put no limit to the South African territory...»



Não apareceu ainda na imprensa da África do Sul, actualmente, campanha que secundasse este modo de ver.

Era o que faltava...

O Sudoeste africano dá, por ora, suficiente margem para razoável expansão. Limita-se então a mesma imprensa a carpir lágrimas sobre o «deferred

pay» que lhes leva alguns milhares de libras que os nossos pobres indígenas ganham com o suor do seu rosto, e sobre os cachos de bananas que lhes enviamos e fazem concorrência aos seus frutos.

E se não disparam agora, contra nós, a tranca do Kosi Bay, é porque o tráfego de trânsito decresce, o negócio da expansão do carvão paralisa e Durban sabe bater o pé, visto ser a primeira vítima duma tal loucura.

Bem podiam os nossos indígenas ser substituídos pelos seus, que os têm e em muito maior abundância.

Mas parece que depositam pouca confiança nêles e então passam a recrutá-los na Rodésia, a título de experiência.

Mas a primeira pergunta que ocorre fazer é ¿ como há-de a Rodésia fornecer indígenas à União se não os tem para si?

Tôda a gente sabe que a Rodésia explora as suas Minas com pretos de Moçambique.

¿ Então, se não tem indígenas como vai fornecê-los?

¿ Ou pretende-se que a Rodésia seja corredor de passagem para os indígenas portugueses do norte do paralelo 22.º S., que queiram emigrar como indígenas ingleses?

¿ A quem querem êles iludir?

Mais parece propósito de sugar o norte depois de terem sugado o sul.

Dizem de Lourenço Marques que os «Compound» da W. N. L. A., montados no nosso território, se estão mudando para o outro lado da fronteira, onde foi criado o notável «Kruger Park» para recreio das feras, constituindo o que os ingleses chamam «reserve game».

¿ Terão êles medo que as feras comam os poucos indígenas que habitam o território da «reserve»?

¿ Quererão pô-los a salvo, contratando-os para as Minas? ¿ Ou querem antes continuar a recrutar os nossos indígenas, sem nos darem, a nós e a êles, as garantias que hoje nos dão, duma razoável paga e dum bom tratamento?

Seja como for, nós teremos menos a perder do que o Transvaal com a política de agressão que está sendo seguida.

É certo que o futuro de Lourenço Marques está seriamente ameaçado, desde que do outro lado da fronteira continue a política a que chamaremos Smutziana.

Mas Moçambique não é só Lourenço Marques. E o general sabe-o tão bem como nós.

Por isso já em 1922 lançou as suas vistas para o pôrto da Beira e para os seus caminhos de ferro. Com estes e com os caminhos de ferro da Rodésia propunha-se, então, fechar o grande círculo de ferro com que havia de esmagar Lourenço Marques, desde que não se rendesse às suas imposições.

A sua actuação na Beira é hoje talvez mais difícil do que em 1922.

As duas Rodésias não se acham dispostas a puxar ao carro triunfal da União...

Pelo contrário.

Mas não esqueçamos que o ponto nevrálgico da nossa Colónia está hoje na Beira.

A Beira deve ser, dentro de 30 anos, o primeiro pôrto de tôda a África.

Êle suplantará todos os portos da África do sul inglesa.

E o pôrto de Lobito, nem de longe se parecerá com êle.

À vastíssima área territorial que o pôrto da Beira já hoje controla, vem juntar-se o tráfego de Niassaland e todo o tráfego que pode ser drenado pelo lago Niassa que mede, de norte a sul, uma extensão de cerca de 600 quilómetros.

O tráfego marítimo da parte sul e duma grande parte da área ocidental dos territórios do Tanganika, far-se-á pela Beira, uma vez construída a ponte sobre o Zambeze.

Grande é e grande continuará a ser o tráfego marítimo da União Sul-Africana. Mas êste reparte-se por 4 grandes portos, mesmo abstruindo Lourenço Marques. Walfish Bay também vai entrar na concorrência àqueles quatro.

O Lobito tem a concorrência dos portos do Congo Belga. Essa concorrência, constitui um êrro económico, é verdade; mas na Bélgica, acima do interêsse material põe-se o são patriotismo.

A Bélgica quer o seu vasto território colonial servido *exclusivamente* por homens belgas, por capitais belgas e por materiais belgas. As aspirações do Lobito ao tráfego de Katanga acham-se assim completamente prejudicadas por um nacionalismo essencialmente «chauvinista».

Ao contrário, a Beira não tem concorrentes desde Lourenço Marques até Dar-es-Salam. Há-de, por isso, transformar-se num formidável empório logo que a ponte sobre o Zambeze esteja aberta à circulação, o que se dará por meados de 1935.

Muitas explorações se estão já tentando na Niassaland, como na Tanganika, com os olhos postos no pôrto da Beira e no Trans-Zambeziense que o serve.

Quem controlar o pôrto da Beira e a rede dos caminhos de ferro que a êle se liga, tem nas suas mãos a chave dum formidável empório territorial.

Faltou-nos a visão do problema, quando dávamos, sem tom nem som, as concessões dos portos e dos caminhos de ferro, das pontes e das minas.

Agora... agora precisamos de olhar, com cautela e com firmeza, o futuro.

Temos de nos entrincheirar nas posições que ainda mantemos: devemos aproveitar bem a força que nos dá a posse do território, lembrando-nos da célebre frase de Pombal: «o homem dentro da sua casa é tão forte que, mesmo depois de morto, são precisos quatro para o porem dela para fora».

O que é preciso, e o Marquês já o dizia, é não deixar entrar nela os ladrões, ou, pelo menos, afugentá-los quando se presentem.

É nosso *indeclinável* dever povoar rapidamente todo o território de Moçambique.

Só assim evitaremos surpresas; só assim nos poderemos orgulhar de sermos donos do maior pôrto que a África tem; só assim poderemos manter intacto um dos melhores legados que os nossos antepassados nos deixaram; só assim poderemos transmiti-lo, com honra, aos nossos vindouros.

O que não consentimos a Cecil Rhodes, com as armas na mão, não o consentamos a mais ninguém. Mas para o não consentirmos, precisamos trabalhar muito e depressa.

Trabalhem, pois.

Literatura para a Mocidade

O programa de uma revista de arte e literatura coloniais

PELO DR. ARMINDO MONTEIRO

Ministro das Colónias

O Ministro das Colónias Sr. Dr. Armindo Monteiro dignou-se inaugurar a revista de arte e literatura coloniais «O Mundo Português» com o magnífico artigo que reproduzimos a seguir, artigo que é simultaneamente a justificação da iniciativa e o programa de uma salutar campanha que tende a conquistar a mocidade portuguesa para a ideia colonial. Só temos que louvar a iniciativa e o programa, que devem merecer de todos os portugueses o mais caloroso aplauso.

Destina-se esta Revista à gente nova—e traz grandes ambições. Vem para alentar a fé, o ideal patriótico, a esperança no grande futuro de Portugal, que as gerações de scépticos, de desanimados, de descrentes, que para trás de nós viveram, com pertinácia e inteligência tentaram apagar. Pretende trazer à larga mocidade das nossas escolas de aquém e de além-mar a certeza de que, vinda de glorioso passado, dispõe ainda dos elementos precisos para construir próspero e prestigioso destino. Quere dar-lhe a visão, o amor e o orgulho do verdadeiro Portugal—que se estende por mais de 2.100.000 quilómetros quadrados em quatro partes do mundo e abrange mais de 15 milhões de habitantes.

Da missão da pátria na história da civilização, do seu lugar entre os mais países, do papel que lhe cumpre desempenhar, entende dar-lhe a representação exacta e heróica—para a elevar até à grande força construtiva que é o sentimento da dignidade nacional. Das virtudes da gente, do seu amor ao trabalho, espírito de sacrifício, bondade natural, ardente vocação ultramarina que a têm arrastado em tantos séculos de trabalho—há-de falar-lhe constantemente, para as exaltar, fazendo dos feitos e das qualidades dos velhos, espelho e guia dos novos; mas não esquecerá os defeitos da raça—o seu sentimentalismo exagerado, a falta de método, a maledicência e a terrível levandade dos juízos, a persistência raquítica, o espírito de condescendência com as culpas próprias e alheias—para ver se, embora com muitos anos de insistência, nalguma coisa se conseguem atenuar as más facetas do nosso feitio, tão salientes que aos olhos de estranhos às vezes avultam mais do que as próprias qualidades.

Surgindo em hora de angústia na vida dos povos, é seu desejo pôr os moços de Portugal em contacto com as realidades, afastando-os das retumbantes abstracções que conduzem às hecatombes, dos humanitarismos destruidores, dos verbalismos assas-

sinos—mostrando-lhes que a alma humana é eternamente, desoladoramente a mesma.

Debalde os homens de ciência descobrem maravilhas novas, aperfeiçoam os meios de combate à doença, encurtam as distâncias pela perfeição dos meios de transporte materiais e intelectuais: no domínio moral cada hora torna os povos mais inimigos da tolerância e da bondade, mais ávidos e egoístas, ambiciosos, fechados em si e no seu desejo de domínio. Por contradição curiosa, verifica-se que as doutrinas que, nos campos político e social, mais alto apregoam o amor da humanidade e da justiça, são as que em mais curto tempo se transformam em duros instrumentos de poder, de opressão e de conquista: monstros de duas faces, insensíveis aos gritos de dor das multidões, negam dentro das fronteiras o que para além delas proclamam. O destino de todas as doutrinas políticas é rastejarem no pó enquanto não podem erguer-se às alturas, como aves de presa.

No limite das suas forças, a Revista ensinará à mocidade a ilusão e o perigo das propagandas sopradas do estrangeiro e a verdade, e a realidade, o poder construtivo e civilizador das instituições que, em lenta experiência, na vida portuguesa, como em prodigioso cadinho, foram nascendo e evoluindo desde tempos remotos até ao presente.

Herdámos um património riquíssimo de civilização: património de saber, de sentimentos, de bens, de solidariedade, de lembranças comuns. Sem nos misturarmos no turbilhão, com ele podemos chegar, no bem, até onde todos os outros chegarem: seria loucura caminhar cegamente atrás de inovações de que não se descortina ainda o verdadeiro alcance humano.

Neste sentido a nossa Revista deverá ser intransigentemente nacionalista: e para campo especial de acção tomou o imenso mundo colonial português.

Em nenhum outro se revelaram com tão soberba pujança as virtudes da nossa gente: tudo o que pode elevar até às culminâncias da história qualquer grande nação encontra-se aí. Soldados com audácias de tal porte que contadas parecem delírio de imaginação—e soldados que, diante dos maiores perigos, da dor, da fome, da doença, para manterem um posto de honra ficam, como se tivessem sido atingidos por insensibilidade: aventureiros e exploradores que nenhuma lenda assusta e que a sedução do desconhecido vai levando até desvendarem os últimos segredos das terras; missionários comerciantes e funantes

que tranqüilamente pisaram todos os caminhos do sertão, como se nenhuma ameaça lhes turvasse o ânimo; colonos presos à terra como a depósito sagrado.

Quem contou já a linda história de toda esta gente? Quem fala deles nas escolas primárias, nos liceus, nas universidades, nos teatros ou nos jornais?

Quem tenta construir com seus trabalhos e heroísmos a prodigiosa lenda, a única grande lição que de si pode deixar a geração de nossos pais?

Na verdade parece que com as primeiras ondas do Atlântico acaba Portugal.

No meu tempo das escolas só raramente os mestres nos falavam de colónias: e era sempre como se de coisas que não importava conhecer e amar se tratasse.

Ninguém se inclinou sobre nós para dizer que, no Ultramar estava o futuro da Nação—que, sem os territórios que na África a prolongam, seria no mundo quási apenas a recordação gloriosa que o tempo vai amortecendo. Nenhum professor, homem de governo ou simples patriota tomou sobre si o encargo de nos fazer compreender que Portugal tem objectivos graves e bem marcados pela história, que é um país a caminho de os realizar e não simples grupo sem ideal e sem responsabilidades. Ninguém nos fez perceber que, tendo ocupado um império imenso, era dever indeclinável da nação desenvolvê-lo pertinazmente, enriquecê-lo, ser forte para o defender e que,

por isso, as ideias que tenderem a dividir os homens, a afrouxar a coesão do povo, a atenuar o sentimento das suas responsabilidades colectivas, devem ser condenadas e perseguidas como germen de traição.

E no entanto esse era o tempo em que um punhado de pioneiros ousados—marinheiros, soldados, exploradores, missionários, comerciantes—acabava em África a ocupação do território nacional. De longe a longe um rasgo de heroísmo transfigurava o triste cenário da vida política portuguesa: mas, logo depois reaceso o fogo das paixões, o interesse dos partidos obscurecia o interesse geral. Na contenda quem defendia a Nação?

Para evitar que as coisas assim continuem, começa hoje a publicar-se «O Mundo Português», como elemento de reacção. É um soldado novo que enfileira ao lado dos que, nos últimos anos, entraram na peleja. Aparecendo na seqüência de um programa de propaganda ultramarina, sucessivamente realizado, vem trazer a sua pedra a esta grande obra: elevar a nossa gente até à consciência das suas responsabilidades coloniais.

Que saiba cumprir ardorosa e honradamente o fim para que foi criado; é o voto que o Ministro das Colónias faz ao entregá-lo, cheio de confiança, ao seu director e ao público.

26 de Janeiro de 1934.

Gente do Império

MOÇAMBIQUE



DISTRITO DE TETE—Angónia—O régulo indígena com os seus indunas

“O MUNDO PORTUGUÊS”

A PARECEU a lume a nossa primeira revista literária exclusivamente dedicada ao culto e ao amor das nossas coisas de Além-Mar. Não exageramos se dissermos que a sua aparição foi sensacional. O luxo gráfico da sua apresentação, o fino critério artístico que orientou a sua factura, a elevação literária do plano que escolheu para situar-se, fazem do *Mundo Português* uma publicação que não deve, evidentemente, ter a vida efémera de fogo-fátuo; a sua brilhante aparição envolve responsabilidades que se não podem engeitar airoosamente.

Ainda a nossa pobre literatura colonial de hoje não possuía uma revista do género. A sua presença rasga, por isso, extensíssimos horizontes, para onde a gente moça das letras e das artes deve caminhar com afoiteza e entusiasmo. O drama multicenteniário da nossa vida ultramarina—que é o drama supremo da Raça—; o *processus* explosivo e fecundo da natureza tropical; o comércio social dos aborígenes, bizarro, pitoresco, onde se agitam paixões brutas e sentimentos primitivos, lineares, quasi instintos, de uma violência extrema: constituem inexgotável manancial de motivos de impressionante beleza, que a linguagem universal da Arte deve interpretar e comentar, enriquecendo o seu património de novos tesouros.

Por isso fez bem Diogo de Macedo em aparecer no *Mundo Português* a ensinar o caminho aos seus pares. Escultor de mérito, que as novas camadas de moços artistas, de mal com certos academismos sornas do século XIX, se habituaram a venerar como seu guia espiritual, Diogo de Macedo aborda, brilhantemente, no primeiro número do *Mundo Português* o tema inexplorado ou esquecido da arte e da imaginária indígena a que se não pode negar, bizarria, originalidade e côr.

Mas não fiquemos por aqui. Nos sertões das Áfricas e nos palmares da Índia, nas ruelas buliçosas dos bairros indígenas de Macau, nos alcantís verdejantes da longínqua Timor dormem «assuntos» que anceiam pelo mago que os desencante. Demasiadamente os nossos artistas se esgotaram a reproduzir até à canseira os mesmos velhos temas estáticos, de ao-pé-da-porta, sem curiosidade nem ambições de Além, dêsse maravilhoso Além das partes do Império, como se o *Mundo Português* terminasse na linha do horizonte que circunda os meigos vergeis e as ingénuas hortas, e os pomares, e as vinhas, e os pinheirais desta doce paisagem do Portugal lusitânico!

Não cuidemos de saber a quem cabem as culpas. Saibamos apenas que a arte indígena das nossas colónias está por estudar e catalogar. Que a riquíssima arte indiana do nosso território de Goa se tem estiolado no mais charro abandono por falta de protecção. Hemos de arremessar essa gente nova da Arte a correr mundo—o grande mundo português—para que se embeba da violência da sua côr e busque o segrêdo de outras formas e os saiba depois traduzir em novos motivos de beleza necessários ao renascimento daquela Arte nacional, espécie de bisanlinismo português que já possuímos um dia e há-de voltar a alimentar o sonho duma Raça que não quiere suicidar-se em «apagada e vil» tristeza.

Seja-nos permitido, por fim, um ligeiro reparo.

O *Mundo Português*—que abre auspiciosamente com o artigo do Dr. Armindo Monteiro que noutro lugar publicamos, e onde se diz da necessidade que determinou a nova publicação e dos propósitos que a nortearam, desvia-se porém, aqui e ali, das premissas do seu programa inaugural, porque o *Mundo Português* tal como nos apareceu, é, de facto, uma bela revista de cultura para todos os que amam e têm as Colónias no sangue—mas não será ainda a revista de divulgação e catequese, que a mocidade portuguesa precisa. Pensamos que não há interesse em sujeitar as inteligências em formação à tortura dos problemas sérios da nossa vida colonial; também lhes não interessa a linguagem hierática das coisas profundas relacionadas com a vida do Império. Isso é para nós outros, os que dobramos o cabo dos trinta.

Em trabalho de catequese onde convém evitar o cansaço e o aborrecimento, é preferível usar tão somente de uma linguagem de superfície, mas nervosa e viva, incisiva e colorida, animada por figuras, que, recreando e excitando o espírito da mocidade pela revelação maravilhosa do cosmorama colonial, possa simultaneamente despertar uma mística superior onde entrem, em partes alíquotas, o espírito de sacrifício pela comunidade, a consciência dos nossos deveres e responsabilidades de grande país colonial e a ambição de operar, de construir e de fazer colonização nas terras do Império, onde só a vontade, a iniciativa e a acção constituem valores positivos de êxito.

Feito este ligeiro comentário que não deve ser tomado à conta de impertinência, saudamos efusivamente o novo colega e o seu director sr. dr. Augusto Cunha, desejando ao *Mundo Português* que é uma edição da Agência Geral das Colónias e do Secretariado da Propaganda Nacional, uma longa, brilhante e útil existência.

A. S.

AOS NOSSOS ASSINANTES EM AFRICA

Prevenimos os nossos estimáveis assinantes em Africa, excepção feita a Angola, que o próximo número ser-lhes-há presente pelo correio á cobrança, na importância de 50\$00 referente ao corrente ano, de suas assinaturas, porte incluído, excepção feita áqueles que estejam em atraso cujas importâncias serão outras.

Esperançada fica esta Administração no bom acolhimento que possa ser dado a esta cobrança.

A Administração

PORTUGAL COLONIAL

A via "Lobito" e o tráfego da região por ela servida

PELO ENGENHEIRO GONÇALO CABRAL

(Continuação)

A Via Beira, como condições materiais e de extensão de percurso terrestre, é muitíssimo superior à via Matadi; mas tem, para o nosso ponto de vista, a vantagem de não ser uma «via nacional» para o tráfego belga.

Entretanto, a via Beira constituiu uma concorrente formidável para a via Lobito.

A diferença de percurso terrestre, para as regiões perto da Fronteira Rodésia—Congo, não é muito grande. Assim, para a mina de Lubumbashi (Elizabethville), a diferença, entre os percursos para a Beira e Lobito, é só de 490 Km., numeros redondos. Para todos os pontos da Rodésia do Norte, a via Beira é mais curta (no percurso terrestre).

Por outro lado, os R. R., construídos e em exploração muito antes do C. F. B., não só tiveram uma despesa de «primeiro estabelecimento» muito inferior à deste (construído, na sua maior extensão, no período de máxima alta de preços de materiais e mão de obra), como, tendo podido aproveitar,—e praticamente sem concorrência,—os anos de grande tráfego e com tarifas elevadas, têm hoje, em grande parte, amortizados os encargos respectivos. E, assim, (e, ainda, com um tráfego total muito maior e mais equilibrado) os R. R. podem, sem sacrifício, estabelecer tarifas mais baixas, que, para o C. F. B., seriam incompensáveis.

Finalmente,—o carvão utilizado nas oficinas de preparação de minérios da Katanga, é, na sua quasi totalidade, proveniente de Wankie, e transportado, portanto, pelos R. R.—Este tráfego, em 1931 (já com restrições de produção) representou cerco de 120.000 Ton.—É evidente que o retorno dos vagons utilizados no transporte do carvão, permite aos R. R. estabelecer tarifas muito vantajosas para o tráfego de exportação da Katanga,—muito especialmente de minérios. É certo que, desde que sejam aprovadas as reduções, propostas, nos direitos de cais e imposto de transporte do carvão, o C. F. B. poderia, desde já, a trôco de uma percentagem maior no transporte da produção total do cobre da Katanga, fornecer a esta, carvão inglês, em condições de competir (dada a diferença de poder calorífico) com o carvão da Rodésia. Infelizmente, porém, os contratos existentes entre a Union Minière du Haut Katanga e as minas de Wankie, vigoram ainda por alguns anos, durante os quais, portanto, esta solução não terá viabilidade.

Praticamente, pois, ficam para a via Lobito, em comparação com a via Beira, as vantagens da redução em percurso marítimo, e no tempo de viagem. Estas vantagens,—se podem influir no tráfego de passageiros e de algumas mercadorias de maior valor e menor peso ou volume,—muito pouco, ou nada, auxiliam na obtenção do grosso do tráfego de mer-

cadorias, para o qual o aumento de percurso marítimo e de tempo de viagem não traz inconvenientes.

Com efeito, chega a ser quasi doloroso o constatar que, apesar da enorme diferença de percurso (38% a menos, para a via Lobito), os fretes marítimos da Europa para a Beira, são, na maioria dos casos, sensivelmente iguais, e, em alguns casos, mais baratos do que os fretes para Lobito. A explicação do facto será, em parte, a maior facilidade em obter na Beira ou outros portos da Costa Oriental, tráfego de retorno. Fundamentalmente, a razão de ser desta anomalia é o estarem tôdas, ou quasi tôdas, as carreiras de navegação (incluindo as duas Portuguesas) filiadas nas «Conference Lines»,—sendo os fretes para os diversos portos fixados pela «Conference». Não sei qual seja o critério seguido para a fixação dos fretes:—os factos provam, entretanto, que é elle muito prejudicial para a via Lobito.

Por outro lado, afirmam-me alguns carregadores que fazem transportes pela via Beira, que o tráfego por aquele porto beneficia de mais facilidades (apesar da inferioridade do porto em si), de que o que vem ao Lobito; e está menos sobrecarregado com impostos, de selo, transporte e trânsito, direitos alfandegários, etc., do que o tráfego via Lobito. Não conheço o porto da Beira, e não disponho de elementos suficientes para avaliar da exactidão ou justiça destas alegações. Creio, porém, poder dizer sem perigo de me enganar, que o caminho de ferro que serve a Beira (antiga Beira Ry. Co., hoje incorporada nos Rodésia Rys.),—companhia genuinamente inglesa, sem vestígios de influência ou participação portuguesa official ou particular, gosa, no território português por elle atravessado e no respectivo porto, de muito mais e maiores facilidades, está muito mais livre de encargos e restrições, do que, na Colónia de Angola, o Caminho de Ferro de Benguela, Companhia Portuguesa, em que o Estado é directamente interessado, e que,—apesar da quasi totalidade do capital nela empregado ser estrangeiro, com o que nós Portugueses só tivemos a lucrar,—Companhia, repito, que, desde o seu notável Contrato de Concessão e através da sua obra profundamente nacionalizadora, sempre timbrou e pôs o maior escrúpulo em manter um cunho, uma orientação, caracteristicamente portugueses.



Em conclusão, pois, somos forçados a reconhecer que a via Lobito, longe de ocupar a posição primacial que lhe parecia destinada, no que diz respeito ao tráfego da zona que chamamos de competência, se encontra numa situação de manifesta infe-

rioridade *prática*, perante as suas poderosas concorrentes.

Poderá uma tal situação ser modificada para melhor? Creio firmemente que sim,—desde que, da parte de todos os que no assunto tenham de intervir, haja uma verdadeira compreensão dos superiores interesses *nacionais*,—que não só dos interesses particulares de cada um, mais ou menos legítimos, embora, mas absolutamente secundários em matéria de tão grande importância.

Três entidades, ou grupos de entidades, distintas, intervêm no assunto:—as Companhias de Navegação,—o Governo Português,—o Caminho de Ferro. O tráfego para a via Lobito só poderá ser obtido e assegurado, por uma inteligente, sagaz e *prudente* orientação,—de cada uma dessas entidades na parte que lhe compete, e de tódas em conjunto,—no regime de tarifas, de eficiência e perfeição nos serviços de exploração, de facilidades criteriosamente estabelecidas.



Quanto à navegação:—já atrás me referi ao facto de serem, em muitos casos, os fretes, da Europa para o Lobito, *mais caros* do que os fretes para a Beira,—um percurso marítimo quasi duplo, e incluindo a passagem do Cabo da Boa Esperança e do Canal de Moçambique,—mares onde nem sempre reina a bonança, como neste «mar das patas» das costa de Angola.

Comparando os fretes marítimos para o Lobito, com os fixados para Matadi, ainda as diferenças, centra o Lobito, são maiores.

Todos os fretes para Matadi são inferiores aos aplicáveis a iguais mercadorias, para o Lobito; ha mercadorias para as quais o frete para Lobito é *duplo* do frete para Matadi. Contudo, a diferença em percurso marítimo é praticamente nula:—4.660 milhas para Matadi, 4.846 para o Lobito, de Southampton;—e a ida a Matadi implica a difficil navegação do Zaire, sujeita a limitações de calado, a fortes correntes a vencer, a pilotagem, a contingências de horas e marés. Finalmente, dá-se ainda o caso curioso de os fretes marítimos dos pórto extra-Portugueses para o Lobito, serem superiores (em certos casos, em perto de 100%) aos que vigoram para idénticas mercadorias transportadas para Luanda,—quando é certo que as facilidades de Pórto de Lobito são incomparavelmente superiores às do Pórto de Luanda.

Tódas as questões de fretes marítimos, implicando com o Direito Marítimo Internacional, e envolvendo interesses internacionais, são por sua natureza, difíceis e delicadas. Por outro lado,—contrariamente ao que acontece em caminho de ferro,—as tarifas marítimas e as Convenções que as regulam, são, em geral, consideradas como assuntos confidenciais. Assim,—e à parte qualquer questão de falta de competência própria, que reconheço,—é muito difficil, por falta de elementos, o estudo ou a discussão do problema, ou a indicação de quaisquer providências para remediar a desgraçada situação criada para o Pórto do Lobito.

Entretanto, sei, é do domínio público, que existe uma organização, sob o nome de «Conference Lines», com sede em Londres, a que aderiram tódas ou quasi tódas as Companhias de Navegação que fazem carreiras para a África,—incluindo as duas Compa-

nhas Portuguesas,—e que as tarifas dos fretes para os diversos pórto, abrangidos por essa organização, são fixados pela mesma. Sabe-se, mais, que dessa «Conference Lines» nasceu, ou pelo menos foi por ela aceite, uma convenção, chamada «Lobito Convention», fixando fretes marítimos para o Lobito em relação aos applicados para os pórto de Matadi, União Sul-Africana e Beira; e que em todos os casos, os fretes para Lobito foram «penalizados»,—isto é, aumentados,—em relação aos dos outros pórto.

Não posso, evidentemente, nem me compete, indicar os meios de modificar esta situação ou de contrabalançar a influência da «Conference Lines». Repugna-me, porém, admitir que seja de todo impossível, ao Governo Português, intervir em matérias de tão grande interesse para os seus próprios rendimentos, para o desenvolvimento e progresso da mais vasta Colónia Portuguesa.

Assim, sabe-se que ha pórto europeus,—e até na própria Gran-Bretanha,—que estão fora dos acordos que obrigam a «Conference Lines». Penso que deveria ser possível ao Governo,—que, por intermédio do Conselho Superior da Marinha Mercante, exerce jurisdição sobre as Companhias de Navegação,—determinar o estabelecimento de carreiras que, utilizando esses pórto, directamente ou em conjunção com outros por meio de transbordos, ficassem livres das sujeições da «Conference Lines» e pudessem, portanto, estabelecer livremente as suas tarifas de fretes. Também não supponho ser de todo impossível o estabelecimento de acordos ou tratados de comércio internacionais, garantindo aos pórto portugueses.

Ninfas e Feiticeiros de Angola



LUNDA — Mulher tatuada de alto relevo

ses um tratamento igual ao que é dado a outros portos.



Os interesses do Porto de Lobito estão tão intimamente ligados aos do Caminho de Ferro de Benguela, que difficil é, em muitos casos, separá-los,—são interdependentes, quando não idênticos. Assim, parece-me de todo o ponto conveniente e recomendável, uma estreita, íntima e leal colaboração, entre as Autoridades da Colónia e a Administração da Companhia,—em tudo quanto respeitasse ao tráfego da via Lobito,—Porto e Caminho de Ferro.

Infelizmente, quando se fala no assunto, surgem quasi sempre vozes clamando, em nome dum «patriotismo» verboso e fácil, contra a pretensão de absorção do Porto de Lobito pelo Caminho de Ferro de Benguela. Julgo que o passado da Companhia, a sua acção em Angola, a orientação tão accentuadamente nacionalizadora que sempre tem mantido, devem ser argumentos mais que suficientes para opor a tais acusações; e creio mesmo, que, entre as pessoas que, com conhecimento, critério e imparcialidade, pensam nos problemas e no futuro de Angola, não tem aceitação já,—se alguma vez o teve,—o «papão» da Companhia absorvente e desnacionalizadora.

Evidentemente, não deve a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela ter, nem querer ter por forma alguma, qualquer interferência no Porto de Lobito, que não seja a que possa derivar de uma boa e eficaz colaboração mútua, para facilitar e

aperfeiçoar quanto possível os serviços da exploração.

Neste modo de pensar, creio firmemente estar no campo da boa e sã doutrina.

Não quero crer que seja de todo impossível uma tal colaboração. E não vejo, sinceramente, que ela pudesse representar para o Governô, a mais pequena parcela de «abdicação», o mais leve perigo de intromissão de estranhos na administração, que deve pertencer exclusivamente ao Estado, dos portos nacionais. Creio que, de uma colaboração lealmente prestada, só vantagens poderiam resultar para ambas as partes.

Certamente, as condições de exploração do Porto do Lobito são susceptíveis de serem melhoradas. Ha, possivelmente, taxas a rever e facilidades a conceder, para atrair determinadas classes de tráfego que, de outra forma, não demandará a via Lobito; ha problemas a resolver,—de manuseamento de tráfego, de simplificação e aperfeiçoamento dos serviços de exploração. As pautas aduaneiras, as exigências fiscaes, carecem, sem dúvida, de revisão e remodelação em vários pontos. Os impostos sobre o transporte de mercadorias pela via férrea, absolutamente legítimos e justos, mereciam também estudo e revisão, para, sem diminuição,—antes pelo contrario, talvez aumento,—de receitas para o Estado, desaparecerem algumas anomalias injustificáveis que se notam na sua applicação.

Alguna coisa se tem feito, nesta matéria, nos últimos tempos. Têm sido reduzidas algumas taxas no Porto, simplificadas ou abolidas algumas restrições aduaneiras e fiscaes. A Comissão de Estudo dos Mercados, Organizadora da Conferência Económica, tem tratado inteligentemente e proficientemente vários assuntos ligados ao desenvolvimento do tráfego da via Lobito.

Muita coisa ha, ainda, para fazer. E em matéria de tanta importância e tão grande complexidade, parece-me que nunca será demais, nem para desprezar, o concurso leal de todos os que sobre o assunto possam dar alguns esclarecimentos, e à resolução dos diversos problemas com êle relacionados possam prestar o auxilio,—quando mais não seja,—da sua boa vontade.

Ninfas e Feiticeiros de Angola



LUNDA—No banho

III—Tráfego interno e tráfego em trânsito

As considerações atrás expostas applicam-se, especial e quasi que exclusivamente, ao tráfego *em trânsito* através de Angola, pela via Lobito.

Outra classe de tráfego existe, que muito particularmente deve merecer a atenção, a protecção, o «carinho», digamos assim, de tôdas as entidades que directa ou indirectamente intervenham na administração e exploração da via Lobito.—o *tráfego interno*, próprio da Colónia, o que nos vem da nossa terra e todos os anos se renova generosamente, o que sempre tem valôr e não está sujeito às vicissitudes de interesses, nacionais ou outros, extranhos e muitas vezes opostos aos nossos, o que, finalmente, representa a verdadeira riqueza da Colónia e constitui o índice seguro do seu desenvolvimento e progresso.

Tem sido por vezes, a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela acusada de cuidar apenas,—ou, pelo menos, de preferência,—do tráfego em trânsito, desprezando o tráfego interno. Outras pessoas

com mais critério, mais conhecimentos e um mais elevado sentimento da justiça que a todos é devida, não perfilhando nem aceitando tais acusações, manifestam entretanto o receio de que o tráfego em trânsito possa prejudicar, no Caminho de Ferro de Benguela, o transporte do tráfego interno.

As acusações são falsas e injustas. Os receios são infundados e representam, no fundo, uma dúvida sobre a competência administrativa da Companhia, —dúvida esta que, pelo seu passado, pela sua organização, pelos nomes das individualidades que superiormente a dirigem, não justifica nem merece.

É certo que a concepção do projecto do Caminho de Ferro de Benguela veio da necessidade de obter uma saída para o mar, curta segura e económica, das riquezas mineiras da Katanga. Foi este o «objectivo inicial» do Caminho de Ferro,—alegado no pedido de concessão, inequivocamente patenteado em várias cláusulas do respectivo e notável Contrato, e nunca, depois disso, negado ou discutido.

Mas, não é menos certo que, à medida que ia sendo construída a linha, fundavam-se e desenvolviam-se núcleos de povoação, criavam-se centros de produção e novos mercados para a colocação de produtos, expandia-se o comércio;—numa palavra, criava-se riqueza, aumentava a prosperidade da Colónia. Ninguém pensará, julgo, em negar a acção primordial, a influência directa e decisiva, que neste desenvolvimento representou,—não direi, já, o «Caminho de Ferro de Benguela», mas, simplesmente, o «Caminho de Ferro»,—factor universal de progresso em regiões não civilizadas e quasi não ocupadas. E não vejo, também,—talvez por insuficiência própria,—que Angola ou o País tenham que se queixar, por tal desenvolvimento ser devido, fundamentalmente, a um caminho de ferro cujo «objectivo inicial» era... o cobre da Katanga.

Ora, o Caminho de Ferro de Benguela,—como todos os empreendimentos humanos,—qualquer que seja ou tenha sido o seu «objectivo inicial», tem como «objectivo final» o obter, possivelmente, uma justa retribuição para os esforços e capitais empregados na sua realização. Incidentalmente, direi que, infelizmente não tem o C. F. B. conseguido, até hoje, a mais pequena retribuição para uns ou outros, esforços ou capitais; mas nem por isso deixará de empregar todos os meios para realizar esse objectivo, bem real e instante.

Por outro lado,—nunca será demais recordá-lo—o C. F. B., construído sem dispêndio para o País ou para a Colónia de Angola, não recebe de um ou outra o mais pequeno subsídio ou qualquer garantia de juro. E assim, tem de contar, para a sua vida e para a realização do final, e infelizmente vago e distante, objectivo,—retribuição do capital,—com as suas próprias receitas, isto é, com o tráfego que possa obter,—venha de onde vier.

Nestas condições, não seria lógico,—para assim me exprimir,—que o Caminho de Ferro de Benguela fosse desprezar um tráfego que, já em 1926, lhe rendia o melhor de 15.000 contos.

Mas, à parte toda a lógica (que, por vezes, é bastante maltratada), e acima dela, estão os factos. Ora, estes demonstram irrefutavelmente, não só o interesse,—natural e, até certo ponto, de vantagem própria,—como ainda, o carinho com que o C. F. B. tem concorrido, quanto em suas forças cabe, para o pro-

gresso e desenvolvimento das regiões por elle servidas, para a riqueza e bem estar dos seus habitantes.

Não cabe nos limites deste estudo, nem me competiria a mim, como Representante da Companhia, a enumeração dos auxílios, exemplos e incitamentos, prestados pelo Caminho de Ferro de Benguela ao desenvolvimento das regiões por elle atravessadas. A um ponto, apenas, farei referência:—basta examinar atenta e imparcialmente, as tarifas em vigor no C. F. B., e por este propostas, para se reconhecer a protecção e auxilio concedidos a todos os «produtos da Colónia»,—isto é, ao tráfego nacional.

Tenho a certeza de traduzir fielmente o modo de sentir dos Corpos Gerentes da Companhia minha representada, afirmando que, desde sempre e cada vez mais, penso que deve o C. F. B. cuidar com o máximo interesse do desenvolvimento do tráfego local. À parte todas as razões de ordem nacional e até, talvez, sentimental, ha a de que este tráfego, uma vez criado e estabelecido, não poderá faltar à via Lobito. E bem necessário é ele à vida desta via de comunicação:—as considerações atrás expostas sobre a situação da via Lobito perante a concorrência de outras vias, no que respeita ao tráfego internacional em trânsito, não poderão certamente ser classificadas de demasiado optimistas. Não tem lugar o receio de que esse tráfego possa vir a exigir,—nos nossos tempos,—a duplicação da linha do C. F. B., ou sequer a simples compra de mais um vagon, para satisfazer plenamente ao transporte do tráfego nacional. Penso, e espero, que terá mais fundamento o receio inverso.

Mas, pôsto isto tudo, rematada loucura seria, e igualmente criminoso, desprezar, restringir ou dificultar o tráfego em trânsito já estabelecido, ou deixar de empregar todos os esforços para atraír e aumentar esse tráfego.

A pesar-de todos os obstáculos e de todas as concorrências; a despeito da crise; tratando-se de um serviço inteiramente novo e de uma via de acesso à África Central, em geral pouco e favoravelmente conhecida,—o tráfego em trânsito, de passageiros e mercadorias, nos 7 meses incompletos em que elle se fez no ano de 1931, produziu para o C. F. B. uma receita bruta de Ags. 10.357.371\$88. Para o Estado, esse mesmo tráfego deu uma receita directa de Ags. 1.196.888\$15,—em taxas do Porto e Impostos de Sêlo e Transporte, fora as receitas indirectas que não podem deixar de resultar de um acréscimo de movimento e riqueza.

Não pode a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela abstrair das receitas que lhe provêm ou possam provir deste tráfego. E não julgo também que o Estado possa desprezar as receitas que por elle lhes caibam. Todos temos obrigação de cuidar e zelar por um assunto que constitui, em última análise, uma das riquezas incontestáveis da Colónia.

(Conclui no próximo número)

Os novos governadores

Em vista da reorganização administrativa da colónia de Moçambique, devem deixar o cargo de governadores de distrito os capitães srs. Carlos Afonso dos Santos (Carlos Selvagem), Fausto Montanha e Jones da Silveira.

Para governadores do Norte da colónia, Centro e Sul, indigam-se agora respectivamente, o coronel sr. Barbosa Casqueiro, dr. Carlos Lopes Ereira e tenente-coronel sr. Soares Zilhão.

A CONCORRENCIA JAPONESA

Os industriais britânicos entabularam negociações com os seus colegas japoneses com o objectivo de repartirem os principais mercados do mundo para os tecidos de algodão e seda. No dia 4 do corrente mês de Março, porém, uma nova Conferência reuniu em Tóquio os principais representantes das indústrias têxteis japonesas, onde se resolveu regeitar as ofertas dos fabricantes ingleses. Parece que a rutura das negociações pode ter como consequência uma verdadeira guerra comercial, forçando o Governo britânico a elevar os direitos alfandegários sobre os algodões e as sedas de origem japonesa, à sua entrada nas colónias inglesas. Para a Índia está estabelecido um acordo especial. Não se trata, pois, de lhe tocar. Mas quanto aos Domínios é que é possível que se siga, nesta matéria, o exemplo da Metrópole.

O Japão goza de enormes vantagens para o desenvolvimento das suas exportações: tanto as condições de trabalho e salários, como a sua excelente organização industrial, permitem baixar os preços de custo a um nível que nem a França nem a Inglaterra podem pensar em descer. Além disso, o auxílio do seu Governo e, sobretudo, a baixa da moeda—o “yen”, perdeu cerca de 60 % do seu valor ouro—concedem aos exportadores japoneses facilidades excepcionais para a conquista dos mercados exteriores, vendendo os seus produtos a preços irrisórios.

A indústria algodoeira japonesa é particularmente poderosa. Em 1933 consumiu mais algodão que a própria indústria inglesa. As suas reservas elevaram-se em 1932 a 245.940.000 “yens”, ou seja, ao câmbio do “yen”, no fim do ano de 1932, a cerca de 1.350 milhões de francos. De 1928 a 1932, enquanto as exportações dos tecidos de algodão franceses diminuíram de 73,5 %, as dos tecidos belgas de 55,5 % e as dos tecidos ingleses de 43,2 %, as de tecidos de algodão japoneses, pelo contrário, cresceram na razão de 43,3 %.

Os progressos da indústria japonesa de seda artificial foram ainda mais rápidos. De 1928 a 1932, as exportações de fiados passaram de 682.000 libras a 7.412.000; as de tecidos de seda artificial, de 13 milhões de jardas quadradas a 164 milhões. A indústria japonesa é também muito poderosa no ramo das sedas naturais cuja produção se elevou, nos últimos anos, a uma média de 150 milhões de jardas. As dificuldades que esta indústria sentiu em 1932 a 1933 levá-la-a a baixar ainda mais os seus preços, a fim de esgotar os enormes “stocks”, de seda que armazenou.

É nos poucos países que mantêm ainda o regime da *porta aberta* que melhor podemos avaliar a força expansiva que anima a indústria japonesa. Assim, as Índias Holandesas puseram em vigor uma nova tarifa aduaneira, no princípio do ano corrente. Mas até aí não opunham qualquer obstáculo à importação de mercadorias, fosse qual fosse a origem. Em 1931 as mercadorias japonesas não constituíam, ainda, senão 17 % das importações totais; em 1932 ultrapassaram 21 %; para 1933 ainda não há números exactos, mas julga-se que a proporção foi de cerca de 30 % ou talvez mais. É preciso indicar, de relance, que as importações originárias da Holanda não constituíam mais de 15 a 16 % do total, em 1931 e 1933. O Japão mantém o primeiro lugar, com grande avanço, entre os principais países fornecedores das Índias Holandesas.

Em Marrocos, a pesar da distância, desenhou-se uma progressão análoga. Em 1931, o Japão desempenhava um papel tão restrito no comércio de importação que a Estatística do Movimento Comercial e Marítimo nem sequer fala nele. Estava compreendido, então, na rubrica “outros países”. Em 1932 exportou para Marrocos 39.553.298 francos de mercadorias e em 1933, 65.217.325. É evidente que se tivéssemos os números referentes à tonelagem para 1931 e 1933, constataríamos um acréscimo ainda mais notável, visto que nesse lapso de tempo os preços baixaram consideravelmente.

Marrocos está obrigado a manter uma perfeita igualdade entre todos os signatários do tratado de Algeiras, e o Japão dele aproveita por virtude da declaração franco-japonesa de Tóquio, de 14 de Julho de 1915, que lhe assegurou o benefício da cláusula de *nação mais favorecida*. Nestas condições, a concorrência japonesa é extraordinariamente activa em Marrocos, quer para as indústrias locais, quer para as metropolitanas. Acontece, assim, que os interesses da Grã-Bretanha, um dos principais signatários do Acto de Algeiras, encontram-se também seriamente comprometidos: em 1931, no regime de igualdade de direitos alfandegários, a Inglaterra tinha exportado para Marrocos cerca de 82 milhões de francos de tecidos de algodão, para um total de 172 milhões, ao passo que o valor das importações francesas destes tecidos, em Marrocos, não ultrapassou 30 milhões.

É natural que a rutura das negociações entre indústrias britânicas e japonesas logicamente conduza a Inglaterra a encarar, em concerto com a França, certas combinações que os acontecimentos sobrevindos depois da guerra justificam plenamente, no que respeita ao Estatuto Aduaneiro de Marrocos.

Tais são as últimas informações que nos presta *La Quinzaine Coloniale* recém-chegada, sobre a guerra económica com o Japão.

Mais depoimentos...

Agora vejamos o que diz *The Penang Gazette and Straits Chronicle*, reflectindo o estado de espirito do comércio britânico do Estreito de Malaca (Penang e Singapura):

„Antes da Guerra o Japão não era, comercialmente, ninguém. Actualmente não há cidade alguma do Império Britânico que não esteja invadida pelas suas mercadorias. O seu “dumping”, de algodões na “dependência”, foi tão prejudicial ao comércio indo-britânico que o Governo indiano viu-se forçado a tomar medidas especiais de protecção.

O Japão exerceu imediatamente represálias boicotando o algodão em bruto, originário da Índia, e dos dois lados desencadearam-se os fogos de artilharia pesada de uma autêntica guerra económica. No ano findo, as exportações de algodões em peça de Lancashire foram pela primeira vez inferiores às do Japão. Os mercados africanos da Grã-Bretanha foram rapidamente monopolizados pelo Japão; o Egipto encontra-se inundado pelos seus artigos. São mercadorias de todos os géneros. Um exemplo: na ocasião do Natal os brinquedos japoneses invadiram o mercado inglês — e quando, recentemente, o Governo do Estado Livre da Irlanda atingiu com uma taxa elevada o calçado de cauchú, importado, pretendeu evidentemente ferir o comércio japonês.

O Japão pode vender mais barato que a Grã-Bretanha, quasi todas as espécies de artigos.

Primeiro que tudo as condições de trabalho são ali muito diferentes. Há no Japão super-abundância de mão-de-obra — principalmente feminina — que se pode adquirir por uma ninharia. Os salários, principal elemento do preço de custo dos fabricantes ingleses, não entram em linha de conta para os seus concorrentes japoneses que pagam ao pessoal das fábricas um salário semanal que os operários britânicos não aceitariam por um dia de trabalho. Além disso a moeda japonesa é manipulada com o máximo cuidado a fim de servir os seus objectivos comerciais: a depreciação do “yen”, deu à indústria uma enorme vantagem na maior parte dos mercados estrangeiros. Em terceiro lugar, os fretes marítimos são relativamente baixos, porque as mercadorias japonesas são transportadas em barcos que, beneficiando de largas subvenções do Estado, podem baixar as suas tarifas de transporte, visto que aproveitam da não proibição de cabotagem no Império Britânico, vantagens recusadas à navegação britânica no Japão.

Nenhuma destas vantagens é desleal, sob o ponto de vista comercial, mas certos industriais japoneses, com mira na supremacia comercial, recorreram a processos que não encontram justificação em código algum. Muitos dos seus artigos apresentam marcas que, pela sua semelhança com as das casas inglesas, se destinam a ludibriar os consumidores britânicos.

Esta provocação espalhou o alarme não só na Grã-Bretanha como em quasi todos os países. A menos que o Japão esteja disposto a atenuar a sua atitude agressiva, a primeira resposta apresentará certamente a forma de tarifas proibitivas contra as suas mercadorias, se não for a de um embargo total sobre elas. A cólera das nações lesadas parece estar em risco de rebeantar. Se os americanos perceberem que os melhores mercados que lhes restam são-lhes arrebatados pelos japoneses, de-certo não tardarão a formular um indignado protesto; e a América do Sul, que os industriais dos Estados Unidos consideravam até aqui como seu *couro de caça*, não está sendo, também, objecto de uma contínua penetração dos japoneses?

Para a Grã-Bretanha, a moralidade da história é simplesmente esta: a prosperidade não pode ser restabelecida senão pelo fortalecimento dos laços do Império.

Como os japoneses respondem

Por outro lado, o Japão, senlindo a onda de protestos e resistências que em toda a parte se ergue para resistir à penetração da indústria japonesa, está já preparando as represálias... Assim a “Reuter”, comunica de Tóquio que foi aprovado o projecto de lei para *salvaguarda do comércio japonês*, já votado na câmara baixa, o qual autoriza o Governo a estabelecer *Contingentes* e proibir as exportações para o Japão de mercadorias de países que apliquem restrições à entrada de produtos japoneses.

Política Imperial de Pautas

Inserimos hoje a doutrina do relatório que o sr. Albano de Sousa — que tem tratado com notável zelo e inteligência os mais importantes problemas económicos do nosso país — apresentou à Secção de Economia Política da Sociedade de Geografia de Lisboa. Já no último número Portugal Colonial fez uma ligeira referência ao assunto publicando as conclusões do «relatório» do sr. Albano de Sousa. Na verdade fazem-se nêle judiciosas considerações que bem merecem a atenção dos nossos leitores.

A evolução económica de Portugal nos últimos 40 anos (evolução nascida da última década do século findo, com o início duma política económica caracterizadamente proteccionista do nosso labor, reparadora do estrago causado no organismo económico da Nação por dois séculos de estagnação em que uma errada orientação exauriu de recursos o País, e que o período da Grande Guerra fortemente estimulou pelo esforço que a Nação teve de empregar para ocorrer ao seu consumo, estorvada como se encontrou, durante esse período e o da reconstituição que se lhe seguiu, a livre circulação de produtos que nos faltavam e, finalmente, robustecida essa evolução com o agitado período de crise mundial que se atravessa, a partir do 2.º semestre de 1929, que exacerba nacionalismos económicos, para defesa do trabalho dentro de cada País) a evolução económica de Portugal nos últimos 40 anos, ia eu dizendo, alterou por completo o panorama da nossa economia e trouxe ao país um acelerado ritmo progressivo que atinge todos os órgãos da vida portuguesa, notando-se um dinamismo renovador em todos os campos de actividade.

Não podia deixar de atingir esse dinamismo a alma da Nação, desperta pela Ideia do engrandecimento pátrio na manifestação

clara do instinto de conservação dum povo cujas energias espirituais não estão abatidas.

E assim a antiga «colónia», desaparece para dar lugar à «provincia», na organização do Império Português (económico e político) que alonga as fronteiras metropolitanas até ao além-mar abrangendo na sua órbita político-económica os 2.168.000 quilómetros quadrados de terras portuguesas espalhadas pelos quatro continentes.

A «colónia», de um antigo «país agrícola», como desdobramento espiritual da Metrópole, não conquista para alargamento da civilização, cede o lugar à «célula económica», da vida portuguesa em que toma expressão o belo pensamento de Albert Sarraut, «colonizar, é pôr em valor a terra e os homens, pensamento impresso no frontespício dum importante trabalho das Associações Económicas de Angola sobre o problema das transferências, publicado em 1932.

E, portanto, sob este novo aspecto, e em presença do «Portugal Novo», que a Grande Exposição Industrial Portuguesa, a expansão agrícola metropolitana que se acentua no sentido da extensão e da intensificação por unidade de superfície cultivada, e a Conferência do Império realizada em meados de Junho do ano findo nos revelam que, a meu ver, deve ser tratado o problema que a Comissão de Economia Política da Sociedade de Geografia se propõe tratar.



Alguns números elucidativos:

Acusa a nossa Estatística Comercial de 1932, a última publicada, o seguinte intercâmbio entre a Metrópole e o nosso ultramar, no quinquénio de 1928 a 1932, expresso em contos:

Importação do nosso ultramar pela Metrópole	952.712,5 contos
Exportação da Metrópole para o nosso Ultramar	540.979,5 "
Saldo a favor do Ultramar.....	411.732,0 "

A exportação metropolitana atingiu apenas como se nota, 56,7 % do valor da importação.

Do relatório do sr. Mimoso Moreira com que abre o catálogo das Feiras de Amostras de produtos portugueses em Luanda e Lourenço Marques, realizadas em 1932, extraíu os seguintes interessantes dados estatísticos que o autor informa serem-lhe fornecidos pela Agência Geral das Colónias, referentes àquelas nossas duas grandes províncias ultramarinas, dados que eu considero de óptimo apoio às conclusões que devem ser tiradas, dada a importância dessas duas províncias no nosso ultramar:

No quinquénio de 1926 a 1930, Angola importou 1.346.058,8 contos de produtos. Nessa importação couberam à Metrópole apenas 501.656 contos ou sejam 37,2 %.

Moçambique, em 2.095.321,2 contos, que importou no mesmo quinquénio, apenas 248.247,9 contos comprou à Metrópole: 11,8 %.

Há no detalhe exemplos interessantes, a pôr em relevo:

Os tecidos, o calçado, os chapéus e o cimento constituem hoje, entre outras, grandes indústrias metropolitanas, cujo aperfeiçoamento e preços batem, sem o menor esforço, as indústrias similares estrangeiras com a protecção da nossa pauta continental e insular:

Pois no triénio de 1928 a 1930 Angola comprou 69.725 contos de tecidos nacionais e 79.197 de tecidos estrangeiros, e Moçambique em 212.159 contos de tecidos que importou, apenas comprou à Metrópole 10.976 contos. Mais: comprou ao estrangeiro esta província 996 contos de cortiças em bruto e em obra, quando Portugal fornece ao consumo mundial mais de metade desse consumo.

Em calçado, Angola comprou no mesmo triénio 2.007 contos a Portugal e 9.977 contos ao estrangeiro. De chapéus recebeu 987 contos da Metrópole e 4.310 do estrangeiro. Em cimentos, no 1.º semestre de 1931, recebeu de Portugal 23 contos e do estrangeiro 1.193 contos.

Por seu turno a Metrópole compra ao estrangeiro, entre outros produtos coloniais, café, tabaco, feijão, arroz, algodão, peles, madeiras, oleaginosos e ainda algum açúcar, cujos fornecedores naturais podiam ter sido as nossas províncias do ultramar.



Esta pequena série de números tomados para exemplo, entre os que constituem as estatísticas do nosso comércio externo com

Ninfas e Feiticeiros de Angola



LUNDA — «Kimbanda» Nacussumana fazendo um tratamento contra a esterilidade

o ultramar, revela a possibilidade duma grande intensificação no intercâmbio comercial do Império Português.

Várias e de diversa natureza são as dificuldades que é necessário remover para que essa intensificação se dê.

Entre elas citarei:

A falta de: 1) reorganização do nosso comércio exportador, tornando-o apto para o desempenho cabal da função importante que lhe cabe naquela intensificação de intercâmbio; 2) de organização dum crédito privativo da exportação com características próprias; 3) de um diferencial de fretes para a produção portuguesa que coloque a nossa exportação em boa posição de concorrência com a estrangeira que goza desse diferencial nos países de origem; 4) do estudo dos mercados *in-loco*; 5) de uma propaganda intensa e continuada; 6) do ajustamento da produção às necessidades dos mercados. E só então, uma vez removidas essas dificuldades, uma inteligente e adequada política aduaneira que proteja eficazmente a nossa produção metropolitana e ultramarina, pode ter completo êxito.

Para não me alongar em demasia, citarei exemplos simples das faltas apontadas: Procurá-los-ei na lúcida exposição verbal feita pelo Ex.^{mo} sr. Sebastião Silva, acerca das razões que encontrou durante a missão industrial de estudo ao ultramar (missão de que fez parte como delegado da Associação Industrial Portuguesa) e da lenta conquista do nosso mercado moçambicano para a produção industrial da Metrópole:

Numa casa portuguesa vendedora de louças, encontrou muitas porcelanas estrangeiras expostas à venda.

Preguntando porque não preferia as nossas louças da Vista Alegre, foram-lhe mostradas várias peças, tortas, com tampas mal ajustadas que tornavam os serviços desvalorizados no preço e rejeitados pelos clientes.

Encontrando-se na Metrópole com um director dessa Empresa recebeu a explicação do caso: o comerciante exportador expedira louça de refugo.

Duplo erro cometera esse comerciante: perdera o cliente importador e desacreditara a nossa louça de porcelana naquele importante mercado.

Falta de organização comercial: erro dos fabricantes portugueses que lançam no mercado produtos imperfeitos que deviam ser inutilizados nas fábricas, para seu crédito, base de toda a expansão produtora.



É sabido que os nossos tecidos algodoeiros batem hoje em preço e qualidade, fora das allândegas das províncias ultramarinas, os similares estrangeiros.

A pesar-disso têm estes preferência porque o comércio alemão lhes dá longos prazos e facilidades de pagamento que muitos dos nossos industriais não podem conceder-lhes.

A organização do crédito de exportação a largo prazo remediaria o mal.

A permuta de valores em produtos, servindo as moedas das províncias apenas para a troca nos respectivos mercados, viria remediar o problema grave das transferências.

Para esse objectivo, porém, só o crédito amoldado a esse género de comércio, podia servir de apoio seguro.



Como vimos, no 1.^o semestre de 1931, Angola recebeu 23 contos de cimento português e 1.193 contos de cimento estrangeiro.

A nossa indústria de cimento está hoje apta a fornecer cimentos que rivalizam com as melhores marcas mundiais. O seu emprêgo nas obras dos portos portugueses, obras da maior responsabilidade em materiais, o provam. Dispomos da melhor matéria prima. A técnica mais aperfeiçoada no fabrico está hoje adoptada pelas nossas fábricas. O preço é o da concorrência. O porto de Lisboa, a que os nossos cimentos chegam com pequenas despesas de fretes é o mais próximo de Luanda.

Há, porém, o frete corrido de cimentos estrangeiros, que, apesar do transbordo que sofrem em Lisboa para vapores portugueses, fica mais barato do que o frete directo dos cimentos portugueses de Lisboa a Luanda, por contractos realizados entre empresas armadoras portuguesas e as da origem da mercadoria.

E então temos a terceira falta apontada. A de diferencial de fretes que proteja convenientemente a nossa produção.



O exemplo dado por um culto e activo industrial algodoeiro do Norte do País, indo estudar o consumo dos mercados de An-

gola e Moçambique onde conseguiu introduzir imediatamente os seus produtos, dando à nossa indústria textil dos algodões uma expansão que amorceceu imediatamente, até à extinção, a crise que essa importante indústria atravessava, justifica a quarta falta apontada.

E assim os casos que se seguem, apontados pelo nosso ilustre colega, sr. Sebastião Silva, revelam-nos que o estudo *in-loco* dos mercados é o melhor agente do consumo.

Conta o sr. Sebastião Silva:

Encontrou em Lourenço Marques ameixa de conserva estrangeira à venda. Perguntou porque se não vendiam as nossas deliciosas ameixas de Elvas. Teve resposta na apresentação de algumas caixas invendáveis.

A ameixa estrangeira vai acondicionada em pequenas caixas de fôlha de Flandres. A nossa em caixas de madeira, embora estas vão embaladas em grandes caixas de fôlha. Para a exposição do produto, porém, desembalam-se da caixa exterior e a acção do clima faz-se imediatamente sentir sobre o fruto dando-lhe um aspecto que afasta o comprador.

Com camisas sucede a mesma coisa:

As camisas americanas vão embaladas em caixas de cartão forte envernizado que comportam três camisas. As portuguesas vão em caixas de papelão ordinário que expõem a camisa a uma acção prejudicial do clima dando-lhe um mau aspecto. Resultado: a preferência à camisa americana.

Quanto a fechaduras teve ocasião de verificar um lote delas inutilizado, porque indo mal acondicionadas na viagem foram atingidas pelo derrame de vinho que houve num porão oxidando-as e tornando-as impróprias para a venda.

O estudo dos mercados *in-loco* daria ensejo a conhecer as embalagens preferidas e a evitar motivos de abandono da mercadoria portuguesa como os que vão apontados.

E esse estudo tem de ser feito pelo exportador, ou seja o fabricante, quando faça a exportação directa, ou o comerciante, como natural orientador da produção.



A realização das Feiras de Amostras no Ultramar em 1932, iniciativa de alto valor económico que honra o Ministro que a to-

Ninfas e Feiticeiros de Angola



LUNDA—Um escultor em madeira

mou, foi uma demonstração clara e de resultados práticos já obtidos que bem demonstram o valor da propaganda na conquista dos mercados. É a mais valiosa arma do comércio e da produção. Repeti-lo nunca é demais.

Se, porém, essa iniciativa não for secundada, breve, ficará apenas com o seu valor histórico.



Compra a Metrópole muitos produtos e géneros estrangeiros e o ultramar importa igualmente muito produto estrangeiro porque não se conhecem intimamente os mercados, nos seus *deficits* e nas suas produções, e as estatísticas, com excepção das da província de Moçambique, como muito bem diz o sr. Tenente Henrique Galvão no prefácio do seu notável trabalho *Informação Económica sobre Angola 1933*, as estatísticas, la dizendo, como elemento de estudo, de informação e de juízo, pouco mais são do que... um valor histórico.

Em 1933, a última estatística publicada de Angola referia-se ao ano de 1928.

Como se 5 anos de lapso, no dinamismo que a vida económica hoje atravessa, não inutilizassem a estatística como elemento de orientação que deve ser.

O estudo directo dos mercados é, portanto, indispensável para o ajustamento das produções às necessidades dos consumos.



Após este rápido golpe de vista orientador deste relatório, pode então avaliar-se das directrizes a que devem obedecer as pautas aduaneiras que regulam as relações comerciais dos mercados internos do Império Português, principal objectivo que temos em vista no momento presente.

O objectivo a atingir seria de facto a abolição das barreiras aduaneiras no intercâmbio do Império.

Se as pautas exercessem exclusivamente uma função proteccionista à produção nacional, a sua abolição pura e simples estava indicada.

Mas há a função fiscal a atender. E então, se a Metrópole poderia dispensar a receita aduaneira proveniente da importação do nosso ultramar substituindo-a por outros recursos tributários dada a diversidade da matéria colectável sobre que incidem os tributos, não me parece que cada província possa substituir de pronto essa fonte de receita, necessária a fazer face às despesas públicas, pela incidência de contribuições directas sobre a produção, porque absorvendo a Metrópole menos de 20% do valor médio da exportação do nosso ultramar a receita aduaneira que a nossa exportação dá a cada província que a recebe, seria desviada para incidir sobre a produção global, produzindo uma sobre carga que não podia deixar de actuar sobre a posição que essa exportação precisa manter perante a concorrência mundial.

E cada província do nosso ultramar, embora constituindo órgãos do corpo económico da Nação, não pode por enquanto deixar de ter uma economia própria.

A nossa escassa população metropolitana, o nível ainda baixo do rendimento da fortuna portuguesa, não permitem que Portugal disponha de capitais e braços para centralizar na Metrópole a administração directa da valorização económica da grande extensão abrangida pelo nosso ultramar, cada província com as suas características próprias e todas ainda na infância da expansão económica susceptíveis de adquirir.

Pelo que, observado o problema no conjunto, parece-me de aconselhar:

a) Que a Metrópole receba livre de impostos aduaneiros todas as matérias primas que o nosso ultramar forneça à manufactura metropolitana e insular, quando esta careça da sua importação por a não encontrar no País, cobrindo com essa importação os seus *deficits*.

b) Que os *deficits* de produção continental em géneros alimentares recebidos do nosso ultramar sejam também livres de direitos aduaneiros aplicando-se estes quando o ultramar concorra com existências de produção metropolitana para salvaguardar assim as actividades produtoras da Metrópole.

c) Que nas pautas aduaneiras das nossas províncias ultramarinas desapareça o direito *ad-valorem*, pela fuga de aplicação do direito estabelecido a que esse sistema de tributação dá lugar, e seja estabelecido, em todas essas pautas, a protecção contra o *dumping* estrangeiro, consignada nos preliminares das pautas continentais.

d) Que as pautas ultramarinas vão sendo ajustadas à necessidade de protecção que cada ramo produtor da Metrópole for

sentindo, à medida que for tendo possibilidade de conquistar os mercados do ultramar.

Creio que, sobre pautas aduaneiras, bem interpreto o sentido das deliberações tomadas para base deste relatório.

Mas a pauta, se é um instrumento apreciável de fomento da produção, só por si tornar-se-á um órgão inútil de protecção se a produção se não ajustar às necessidades dos mercados consumidores e se não apetrechar para uma eficaz concorrência à produção estrangeira e se uma robusta e inteligente organização de trocas não vier dar vida e expressão às directrizes da política aduaneira.

Essa organização pode ter diversas origens:

Ou uma organização puramente mercantil nascida da actividade comercial portuguesa, ou constituída por *«comptoirs de ventes»* de fortes organizações industriais, agrupadas em sistema de *carteis* ou de carácter corporativo para a exportação directa da produção.

Ou, finalmente, e enquanto qualquer desses elementos se não organize, as Casas da Metrópole e do Ultramar, ultimamente decretadas e como preparadoras duma útil penetração nos mercados, desde que tenham uma organização com as características mercantis que as tornem um útil elemento de intercâmbio, preparadoras, porventura, da criação dum entreposto continental da exportação do nosso ultramar, objectivo que, se exige um grande esforço de organização, tem uma base sólida no porto de Lisboa, escala forçada de grandes linhas de navegação que o põem em permanente contacto com os actuais entrepostos distribuidores para o hinterland europeu.

Será arrojado este objectivo? É por certo. Mas porque exige um grande esforço será de pôr de parte o estudo do problema?

Ao novo Portugal industrial, agrícola, pescador e mineiro, não pode aspirar-se a adicionar um Portugal comerciante?

ALBANO DE SOUSA

Uma conferência internacional do Cacau

O Governo inglês propôs aos países produtores de cacau a realização de uma conferência internacional com o objectivo de estudar a situação criada à produção de cacau pelas actuais circunstâncias. Procura-se, assim, achar uma solução satisfatória para a crise que assoborba o produto por virtude das baixas cotações do mercado.

Essas cotações são originadas não só na quebra geral dos preços de todos os produtos, mas também no acréscimo de produção mundial, cuja percentagem de aumento nos últimos anos é sensivelmente superior à percentagem de aumento no consumo. Nos últimos seis anos aquela percentagem orçava, em média, por 2 3/4% enquanto que a do consumo, no mesmo período, regulou por 1 7/10%. Daqui tem resultado a acumulação de um "stock" mundial que se calcula ser um pouco inferior ao consumo de um ano.

Para que este "stock" não pese na cotação dos cacaos seria conveniente encontrar-se um meio de libertar o mercado deste peso morto. Eis o que levou o Governo inglês a desejar que se estabeleça um melhor entendimento entre todos os produtores de cacau, originando uma espécie de *frente única* dos produtores, que desta forma se encontrariam mais bem armados para discutir com os compradores as questões de preço, visto ser muito restrito o mercado do cacau.

O "memorandum" elaborado pelo Governo inglês termina pelas seguintes sugestões a formular aos representantes dos países produtores de cacau:

- 1.º — Se eles devem cooperar na elevação do preço mundial do cacau a um nível mais remunerador desenvolvendo e intensificando a cooperação, entre os produtores para a venda do cacau, e adoptando um programa regular, mas simples, que permita o desenvolvimento da produção apenas na medida do acréscimo do consumo.
- 2.º — Se uma tal cooperação seria facilitada pela criação de um pequeno organismo internacional encarregado de recolher todas as informações precisas referentes à produção e ao consumo do cacau e seus derivados.
- 3.º — Se, para dominar a crise temporária actual motivada pelo excesso de "stocks", será necessário criar um fundo destinado a conservar fora do mercado uma parte destes "stocks", em excesso.

Sobre a utilização de salprêsa na indústria de pesca de Mossâmedes e o aparecimento do "rouge" nessa preparação

POR CARLOS CARNEIRO

"Plusieurs points relatifs à l'action du sel sur la chair de poisson demandent encore à être élucidés. M. Schwilke, chimiste au Laboratoire de Paris, procède actuellement à des déterminations chimiques, à l'effet de tenter de définir l'influence possible du sulfate ou du chlorure de potassium que le sel contient en proportions très faibles, mais assez variables cependant."

Pêche Maritime — Décembre, 1935.

A produção do peixe sêco na indústria de pesca de Mossâmedes sofre oscilações constantes por virtude de fenómenos marítimos de ordem hidrológica e biológica que ora trazem para a costa cardumes colossais de peixes de várias espécies, ora afastam todo o peixe para longínquas distâncias e para profundidades inacessíveis às artes de pesca.

E assim, a períodos largos de escassez total, succede-se, sem transição, a hiperabundância de peixe pescado.

Mas como as necessidades de consumo, nos mercados que exigem o peixe sêco, são constantes, acontece que, se é difícil satisfazê-las nos períodos da falha, são insignificantíssimas quando o peixe abunda. Antes da organização do Sindicato de Pesca, os industriais e pescadores, alucinados por tanta abundância de peixe, nos bons períodos lançavam quantidades formidáveis de peixe sêco, nas colónias que lhe dão consumo, mas como tais quantidades iam sempre muito além das necessidades desses mercados, o produto se não apodrecia, era vendido por tal preço que não compensava as despesas havidas com a sua preparação.

E dentro deste ciclo vicioso vivia, arruinando-se dia a dia, a indústria de pesca de Mossâmedes.

O Sindicato, uma vez organizado, seguiu por rumo inverso.

Era preferível, de facto, que o peixe apodrecesse em Mossâmedes, fornecendo aos mercados consumidores só o que elles exigiam do que aviltar o seu preço e assistir, sem possibilidades de remédio são, à deterioração dele em águas do Zaire, espreitado, agiotamente, pelo comerciante do Congo belga que, na sua forma sórdida de negociar, esperava que o desalento e a necessidade obrigassem o industrial ou o seu representante a entregar-lhe o peixe pelo preço que ia impor.

Nos fins do ano passado, a crise no Congo belga entrou em intensidade apavorante; o território ia sendo abandonado pelos seus colonos; as companhias faliam porque as oleaginosas desvalorizavam-se dia a dia, e o preto, empobrecido porque ninguém lhe comprava o produto que agricultava, ia, forçadamente, abdicando do peixe, sua exigência alimentar quotidiana.

Outro tanto sucedia no Norte de Angola onde, por idénticas razões, o consumo do peixe sêco diminuiu consideravelmente.

E, nas artes de pesca de Mossâmedes, o peixe caía em fartas quantidades...

O Sindicato, pela sua organização estatutária, tinha que comprar aos seus associados todo o peixe sêco que elles produzissem.

As malas de peixe acumulavam-se em armazém e os pedidos eram reduzíssimos.

A rudimentar preparação em salmoura, porque não garantia qualidades de conservação ao peixe assim preparado, demonstrava que, ao fim de certo tempo, uma larga percentagem desse peixe se deteriorava. O assunto foi devidamente estudado.

Em Pôrto Alexandre acumulava-se, em fantástica quantidade, a cavala, tantos eram os cardumes e tão perto da costa se pescava.

Era peixe de conservação difícil, gordo na sua maioria, e que não podia suportar uma armazenagem prolongada.

Determinou, então, a Delegação de Sanidade Pescuária a proibição da salga dessa espécie, permitindo que todo esse peixe fosse submetido a salprêsa para assim se conservar por mais largo tempo.

O fenómeno da abundância repete-se em outras espécies piscícolas e, a certa altura, é a corvina, o peixe mais apreciado, que começa sendo pescada em extraordinárias quantidades.

Resolve, então, o Sindicato determinar o regime de preparação em salprêsa para assim se poder garantir a conservação desse peixe, pois que submetido à salmoura não haveria possibilidade de proceder à venda de todo elle, antes que a putrefacção o invadisse.

Não estavam devidamente municiados os armazéns do Sindicato para uma preparação, em grosso, de salprêsa.

Apressadamente, são aproveitados todos os recintos disponíveis para essa preparação do peixe que continuava aparecendo em quantidades alarmantes.

Entrou-se no domínio da experiência. Ir-se-ia observar como se comportariam as várias espécies de peixes, nessa nova preparação. À volta do assunto, toda a gente dava opiniões, algumas bem dispartadas, e havia quem, amarrado a empíricas experiências e a observações desastradas, garantia que determinadas espécies eram insusceptíveis de conservação em sal solidificado.

Ao fim de 35 a 40 dias de salprêsa começou aparecendo, em algumas pilhas de peixe, o «rouge», sintomático de uma preparação deficiente.

Publiquei, então, um artigo num jornal da Colónia, dando conhecimento do fenómeno e, salvaguar-

dando melhores opiniões, explicava-o pela excessiva percentagem de cloreto de magnésio no sal empregado.

Não desci ao detalhe de afirmar que esse fenómeno tinha como origem o aparecimento num meio de cultura próprio (refiro-me ao sal em uso) duma bactéria eritrogénia (Bacilo de le Dantec), porque esse artigo, por não ser destinado a revista científica, tinha como finalidade conduzir os industriais e pescadores a acautelarem-se contra o aparecimento do «rouge», não deixando estar o peixe em salpêsa mais do que 35 dias.

Agora, convidado a expor a minha opinião acerca deste assunto, vou procurar ser mais minucioso e transportar para aqui o que a ciência esclarece e afirma.

O aparecimento do «rouge» deve-se à existência, no sal, de parasitas vegetais, cujas colónias excretam um pigmento encarnado que mancha a superfície do músculo do peixe, conservado durante largo tempo em salpêsa.

Esses micróbios são cloretófilos e têm como origem o sal marinho. Não é grande a sua resistência ao calor.

Parece que um processo eficaz de evitar o «rouge» é aquecer o sal destinado à salpêsa, até decrepitar.

Esses micróbios não causam senão avarias superficiais, pouco perigosas, mas são o índice duma má conservação.

O microorganismo que origina o «rouge» é denominado «Bacilo de le Dantec».

Na Revista «Fisheries Experimental Station» (Atlantic) Canadá n.º 17 de Janeiro de 1933, diz S. A. Beatty o seguinte: Esta coloração é devida ao desenvolvimento de colónias de bacterias encarnadas provocado por uma falta de sal na salpêsa, uma distribuição irregular do sal ou à má qualidade do peixe, antes da salga.

Destas comunicações, de valor indiscutível, conclui-se o seguinte:

1.º Não ha uma afirmação positiva, categórica sobre o aparecimento do «rouge».

2.º São unânimes as opiniões na existência de colónias de bacterias.

3.º É aconselhável fazer-se a asepsia do agente conservador, submetendo-o a temperaturas elevadas.

4.º O sal, segundo a percentagem que possui de cloretos, é bom ou razoável meio de cultura para o bacilo de le Dantec.

5.º O aparecimento do «rouge» pode ter origem na má distribuição de sal pelo corpo do peixe, ou ainda, a deficiência deste elemento.

6.º Também é explicada a existência do «rouge» pela má qualidade ou mau estado do peixe antes da salpêsa.

7.º O «rouge» aparece só à superfície do músculo do peixe e não são perigosos os seus efeitos.

8.º O «rouge» é sintoma de má conservação do peixe, por êle atingido. Não é, portanto, para eliminar o processo de conservação do peixe em salpêsa, quando a sua abundância e a falta de procura, nos mercados consumidores, se verifica.

Ha que adoptar, sempre que as circunstâncias o determinem, este processo de conservação.

Está provado que todo o peixe que atravesse, em salpêsa, um período de tempo inferior a qua-

Ninfas e feiticeiros de Angola



LUNDA—Ídolo de mulheres (Muana-Pó)

renta dias conquista qualidades de conservação que não consegue quando só submetido à salmoura.

Além disso, utilizando aquele processo, conseguir-se-á uma regularidade de trabalho e de produção porque, bem metodizado o sistema, só sai das pilhas para a secagem, o peixe que é requisitado pelos compradores.

Se a compra é inferior às quantidades de peixe que se encontra em salpêsa, mesmo assim, retirar-se-á êste das pilhas antes do aparecimento do «rouge» porque, uma vez sêco, conquista condições para se conservar por largo tempo em armazem.

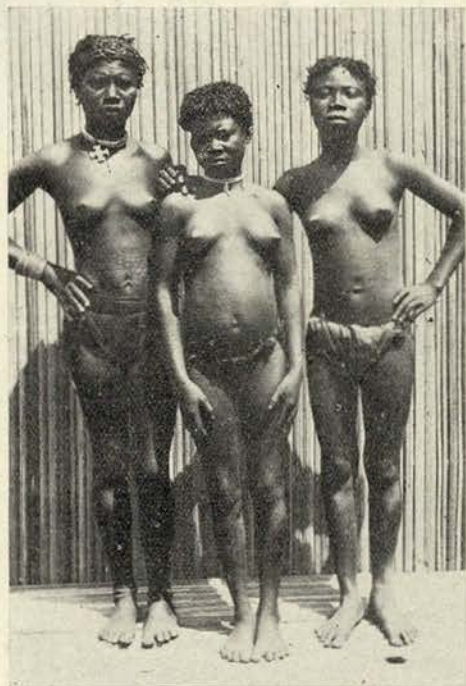
E desta forma nunca ha o perigo de se observarem adulterações porque o peixe conserva-se em bom estado até ao período da falha em que todo o que existe é pouco para as necessidades dos mercados.

Sou, pois, de opinião que, até que a indústria de pesca de Mossâmedes tenha o apetrechamento necessário para transformar em farinha alimentar todo o peixe em excesso, se use o processo de conservação em salpêsa, sempre que a hiperabundância dele o explique.

Mas não devemos ficar por aqui. Julgo indispensável que as experiências continuem.

Por falta de material próprio, não podemos entrar, com meticulosidade, no assunto biológico para se definir a bactéria ou colónia de bacterias que originam o fenómeno do «rouge»; não estamos habilitados a, dentro de análises minuciosas do sal empregado, investigarmos como se comportam as várias espécies piscícolas, num ou noutro desses agen-

Ninfas e feiticeiros de Angola



LUNDA—Tipos de raparigas «quiôcas»

tes com maior ou menor percentagem de cloretos de magnésio e de potássio.

Mas não é difícil preparar convenientemente o local onde a salprêsa se vai realizar; arejar e ventilar as pilhas de peixe; dar a estas, disposições diversas; fazer a esterilização do sal e a experiência, em confronto constante, com o sal de várias procedências; empilhar o peixe em locais com pavimento térreo, em madeira e em cimento e verificar os resultados, depois do período de experiências até ao aparecimento do «rouge».

É importante saber-se se a acção intensa e demorada dos raios solares sobre o sal a empregar, alguma influência tem no aparecimento do «rouge», como é aconselhável que se submeta o peixe, antes da salprêsa a uma estadia de 10 a 20 horas em salmoura.

Constatado o «rouge», deverá proceder-se à lavagem do peixe em água de cal como aconselham os que, nos países do Norte da Europa, cuidam do bacalhau quando o mesmo fenómeno sucede.

Ainda considero importante proceder-se à farinhação e dessalga do peixe que foi atingido pelo «rouge» e submeter essa farinha à análise.

As qualidades de conservação dos peixe que o bacilo de le Dantec corou, depois de submetidos a boa secagem, devem ser observadas, no estacionamento deles nos armazens do Sindicato e nos depósitos em Boma e Alto Congo para assim se verificar se as condições de temperatura e de humidade têm influência acentuada na sua conservação.

Estas experiências devem estender-se a várias espécies de peixes.

Deve ainda fazer-se o estudo analítico da farinha de peixe que foi atingida pelo «rouge» e da do peixe que não sofreu essa acção bacteridiana.

Finalmente, julgo momento oportuno de se estudarem as possibilidades de colocação de peixe em salprêsa (devidamente seco) nos mercados da Nigéria e procurar saber se os povos dessa colónia e doutras colónias para o Norte de Angola preferem o peixe que foi previamente submetido a essa preparação ou o que sofreu o rudimentar e rápido estacionamento em salmoura.

Argumentar-se-á que estas experiências, umas porque exigem despesas demasiadas e cuidados excessivos, outras porque se não podem transportar para a prática, quando se trata de quantidade maciça de peixe, pouco resultam para a função comercialista do Sindicato de Pesca.

Argumento eu, afirmando que ao sindicato compete uma função didáctica, instrutiva e orientadora e da qual resulte o conhecimento dos fenómenos que na pesca se sucedem, que os preveja e que os evite, elucidando os seus associados sobre a boa prática de trabalho e dando a todos a quem essa indústria, directa ou indirectamente, interessa, conhecimento das observações feitas, dos resultados colhidos e das conclusões verificadas.

As considerações que acabo de expôr, se outra virtude ou valor não têm, como é de crer, representam, pelo menos, a grande vontade que no meu espírito preside de ver engrandecida e valorizada, a organização sindical que eloqüentemente ha-de marcar na vida económica de Angola o índice magnífico de prosperidade e valorização da sua indústria piscatória.

Janeiro de 1934.

FUNCIONALISMO COLONIAL

Foi decretado que aos funcionários ou empregados, civis, dos quadros e serviços coloniais, nomeados provisoriamente, precedendo concurso público (documental ou por provas práticas), para o exercício de lugares ou cargos públicos do Estado, nas colónias, não são aplicáveis as disposições do artigo 109.º e § único da portaria ministerial de 28 de Junho de 1932 (orçamento geral da colónia de Angola para 1932-1933), as do artigo 22.º e § único da portaria ministerial de 23 de Julho do mesmo ano (orçamento geral da colónia de Moçambique para 1932-1933) e as do decreto n.º 22.247, de 23 de Fevereiro de 1933, subsistindo o disposto no artigo 25.º do decreto n.º 21.050, de 2 de Abril de 1932.

Sem prejuízo do disposto no artigo 134.º do decreto n.º 20.260, de 31 de Agosto de 1931, os funcionários ou empregados, durante a sua situação de provisórios, são considerados, para efeitos de passagens e outros abonos e de licenças, como se fôsem de nomeação vitalícia.

O preceituado neste decreto não envolve o direito, por parte dos interessados, a qualquer restituição ou indemnização, por passagens e outros abonos ou licenças, com referência a casos ocorridos anteriormente à sua publicação, a que foram aplicadas as mencionadas disposições das portarias e do decreto n.º 22.247, a que alude o artigo 1.º

Página literária

SOBRE a maneira de lidar com pretos fez-se uma Ciência. Anda divulgada em várias línguas e compendiada em numerosos *in-foliums*.

De facto, é uma Arte.

A Ciência que os tratadistas engenharam sobre observações próprias e alheias, sobre cousas que viram e muitas mais que lhes contaram é, apesar disso, bastante eivada do empirismo que certas ciências trazem agarradas à pele por mais basófilas de que se inchem. Mas é universal. Está oficialmente reconhecida, salvas pequenas controvérsias em assuntos de pormenor.

Ora, com a mesma ciência os homens produzem resultados muito vários — por vezes, anti-resultados. E não só os homens, individualmente, como também os homens em colectividade — os povos.

Com a mesma ciência, fiscalizada e corrigida pela S. D. N., os povos, mesmo quando sinceramente — o que é raro — querem afirmar as suas qualidades de colonisadores fabricando resultados maravilhosos no seu trato com os indígenas, fazem obras ou disparates muito diferentes.

É que de facto, repetimos, lidar com indígenas, não é uma ciência — é uma Arte!

E aí daqueles que nela vão praticar sem terem nascido artistas!

Nós portugueses somos, profundamente, exemplarmente, artistas na Arte de lidar com indígenas.

Sem os preconceitos de raça que impossibilitam o inglês e o alemão, por exemplo, de se fazerem amar pelos negros; com um sentido especial de compreensão e aceitação quanto à psicologia do preto; finalmente, com o sentimento humanitário que está na base de tôdas as aproximações entre homens — tôdas estas qualidades bem doseadas, equilibradas — os portugueses são, por excelência, e desde sempre, o povo que melhor dispõe da Arte de lidar com indígenas.

Todavía, mesmo entre um povo de artistas, há quem o não seja — uns que se desviam no sentido da falta de aptidão germânica e anglo-saxónica, outros que se perdem num desequilíbrio das qualidades essenciais do colonizador.

Não é este o lugar próprio para nos alongarmos mais em prosa árida. O intuito serve para esclarecer certa história, rigorosamente verdadeira, que dá largas a bastos comentários sobre esta questão delicada do tratamento que se deve dar ao indígena.

Se como a história é autêntica poderá, além de divertir ou distrair os desenfastiados leitores dum

Pretos e Brancos

Do livro a sair

“Terras do Feitiço”

POR

HENRIQUE GALVÃO

«caso», fornecer um subsídio de interesse aos que meditam nestas cousas e gostam de, sobre estas cousas, fazer doutrinas.

☐

Passou-se o caso em 1913, na Lunda, entre os postos de Camalanga e Xá-Muteba, durante a rebelião dos Bangalas.

Comandava o posto de Camalanga o alferes M. S. É propositadamente que não o nomeamos.

Política e militarmente o alferes pecou gravemente. E nem todos os juízos fáceis da maioria dos homens saberiam compreender e avaliar quanto os seus pecados foram resgatados, pela sua mentalidade generosa de antecipado e pela sua santa bondade de Justo.

Ao santo homem que foi um mau político e um péssimo militar pouca gente perdoaria a santidade que o levou a errar.

Que ignorem pois o seu nome aqueles que não podem compreender a sua alma, nestas linhas que são de breve narrativa e não pretendem canonisar um santo nem punir um funcionário.

Nós, que não o ignoramos, curvamo-nos comovidamente ante o seu cadáver esquecido e a sua lembrança sem amor.

O alferes, homem sem experiência das cousas de África, como é próprio dos alferes, apenas iniciado na prática da sua carreira, novo em idade, rico em impulsos generosos, fôra enviado, mal desembarcara em terras de África, para o posto militar de Camalanga.

Era um posto, como tantos outros desse tempo, em que as necessidades da ocupação militar, lançavam para a frente, para dentro de regiões esquivas e de agreste viver, pontos fulcrais de ofensiva, de domínio e de influência — um posto desolado, bárbaro, que se alcançava à custa de muitos dias de penosa viagem, desde o núcleo mais próximo de população branca.

Foi nomeado comandante do posto — o que implicava com responsabilidades políticas e militares tanto maiores, quanto é certo que a região andara revoltada até 1911 e que, depois disso, só teòricamente poderia considerar-se pacificada.

As ameaças, os casos de desobediência e agressão, os duros sintomas que permitem reconhecer, sem margem para dúvidas nem optimismos, a rebelião do genio, eram constantes.

Sob o comando do alferes serviam um sargento europeu e cinquenta soldados indígenas — todos, o branco como os negros, desviados das suas terras:

um amarfanhado pela saudade retorcida e cruel de certa aldeia clara do Douro, os outros obsecados pela lembrança do gado e das mulheres que tinham deixado numa *sanzala* do sul da Colónia.

Entendia o alferes — e não por ensinamentos de experiência, que não tinha, mas sim por acção branda e convincente duma educação cristã em temperamento de inata bondade — que, quer sob o ponto de vista da sua missão civilizadora, quer por motivos elementares de humanidade que a Razão e o Sentimento impunham, o branco dominador devia tratar o negro dominado, com acentuada bondade, benevolente espírito de justiça e, sobretudo, com exemplos de coração que, mais do que quaisquer outros, provariam ao preto a nossa incontestável superioridade e os nossos direitos soberanos.

E assim, o preto que tantas vezes se revoltava por via de maus tratamentos, aceitaria a tolerância, a bondade e os sentimentos de justiça do branco, como razões indiscutíveis da sua superioridade — razões que tornariam inúteis a razão da Fôrça.

Como não ocultava as suas ideias nem a intenção de as pôr em prática, tais como lhe luziam no coração e no bestunho, o alferes novato, recém-chegado da Europa, rico em impulsos generosos e pobre em experiência, era chacoileado pelos sertanejos experientes, que, apesar de tão longa experiência, não o convenciam.

Narrativas de casos vívidos, exibição de argumentos pesados e faúlhar de chufas desdenhosas, nada alterava os propósitos e ideias do alferes.

— Há-de dizer-me o que pensa daqui por um ou dois anos!

E o oficial respondia teimosamente:

— Daqui a dois anos pensarei como hoje e terei posto em prática o que penso.

Dias depois seguiu para o seu posto.

O alferes conheceu o mato, viveu as suas horas pesadas de isolamento e suportou os seus agentes cruéis de depressão.

No corpo e na alma gravaram-se-lhe as seduções absorventes e a dureza da África — tudo o que engendra a saudade dos que voltam e faz a amargura dos que ficam: o sentimento glorioso da liberdade e a noção do próprio valor, a angústia das distâncias e os delírios da febre, a sinceridade do ambiente e o orgulho das realizações individuais, o travo do isolamento e a nostalgia da Metrópole.

Conheceu realidades que esfrangalharam muitas das suas ilusões; encetou contra a dureza própria do meio aquela celebrada experiência que não tinha e que todos lhe jogavam à cara como um pecado.

Naturalmente modificou muitos pontos de vista e bastas ideias preconcebidas.

Mas, como tinha prometido na cidade, ao desembarcar, com o cérebro e o coração ainda povoado de ideias e sentimentos europeus, ia pondo rigorosamente em prática o que, antes de conhecer os indígenas, assentara como norma de tratamento.

Não o fazia por teima. Cada vez estava mais convencido de que assim devia ser por dignidade própria, por dignidade e interesse do seu país.

Já lhe roubara um relógio o impedido em quem cegamente confiava; já o tinham desrespeitado dois pretos a quem matara a fome; já lhe tinha fugido uma preta a quem dera panos novos e missangas delicadas.

Mas os seus princípios mantinham-se. E por eles

ia regrando os seus actos, a sua conduta de comandante e de europeu.

Conta um camarada do alferes que estando, por essa época no posto de Quiloange, assistiu aí à passagem do alferes na sua marcha a caminho de Camalanga. E presenciou este facto absolutamente estranho e inédito na história das relações entre brancos e negros: O alferes marchava a pé, para ceder o seu lugar na tipoia, à preta do impedido!

E, todavia, era de trinta quilómetros enormes — trinta quilómetros angustiosos de mato africano — a marcha desse dia!

O alferes não admitia que um homem novo e vigoroso como ele, ocupasse o único lugar da tipoia, deixando marchar a pé uma mulher — embora essa mulher fosse uma preta:

E aqui convém esclarecer que, no trabalho, nas fadigas, no dispêndio diário de energias físicas, a gentileza indígena não concedeu à mulher qualquer espécie de privilégio. Pelo contrário: É ela quem, além de todos os trabalhos caseiros, cultiva a terra, transporta as cargas e ordenha as vacas.

O preto caça, guarda o gado, come, dança e embriaga-se.

(Conclui no próximo número)

Gente do Império



DISTRITO DE TETE—Homem angone

CONGRESSO INTERNACIONAL POSTAL

Segundo telegrama recebido do Cairo, o Congresso Internacional Postal que se encontra ali reunido, manteve na sua última sessão a sobretaxa terminus cobrada em Moçambique e Angola, e aprovou a que resultará uma importante economia para a Índia, Macau, Timor e Moçambique.

O referido congresso tem tomado em consideração os pontos de vista apresentados pela Delegação Portuguesa.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

O S «macas» voltou a dizer o tenente Perdigão, com voz surda.

Estávamos em Cololo, na Lunda, nos confins da colónia portuguesa, a mil e duzentos quilómetros da costa, em pleno sertão bravo. Apenas a fita de estrada ligava à civilização este posto perdido.

Perdigão tinha feito uma clareira em volta da casa de pau-a-pique, de barro vermelho, pintada a cal, com o seu enorme telhado de telha vã. Ali vivia com a mulher adoentada, os filhos pálidos, e os cães que pareciam ser os únicos hóspedes felizes. Por horizonte apenas a linha da floresta baixa e as árvores raquíticas que envolviam o terreno calcinado, mordido de sol.

Perdigão parecia recto, firme e tenaz na sua função de administrador.

«Julgo — disse-me ele — que restabeleci a paz na região. Os negros têm confiança. Viviam aterrados pelas «razias» dos vizinhos e pelas exigências dos mukuches, dos feiticeiros, dos «sorciers», como vocês dizem.

Depois, veio o medo dos brancos que por vezes eram brutais. Mas agora...

Os chefes das aldeias vêm aqui pedir-me audiência e discutimos os seus negócios, os seus milandos, a «maca» da ocasião...

Uma «maca» é uma espécie de «vendetta» que se prolonga por muitas gerações. A origem é, em geral, uma galinha roubada, um porco ou uma mulher: as coisas azedam, ha derramamento de sangue. Morte exige morte. Os mais pusilanimes vão ter com o mukuche e pedem-lhe feitiços em que se possam vingar.

Nunca pude saber tudo quanto se passa ao certo, nem conhecer o limite exacto do poder de um feiticeiro. Se excomungava uma cubata é preciso abandoná-la. Se lança a maldição numa aldeia, esta fica condenada e vão reconstruí-la noutra sítio. A ameaça é terrível. As vezes certas mortes inexplicáveis espalham o terror e os habitantes põem-se em fuga: se fizessem em ficar seriam fatalmente dizimados.

Eles sabem, porém, reconhecer os sinais; uma manhã descobrem nas paredes duma palhota o sinal misterioso que significa maldição — outras vezes é um animal morto, ou os restos de um pequeno carnívoro que aparece suspenso de um pau espetado na terra, diante da cubata. Outras vezes, ainda, vai-se encontrar morto na sua palhota um homem que se havia deixado de perfeita saúde. Então tudo foge...

A voz de Perdigão tinha agora uma acentuação estranha — rapidamente, porém, voltou ao seu tom calmo:

«Detestam-me, esses feiticeiros! mas não se atrevem comigo, embora saibam com quanta energia combato a sua nefasta influência. Já curei doentes que eles não foram capazes de curar, e o prestígio dos mukuches fica sempre muito abalado com isto. Acaabei com «macas» que duravam ha trinta anos — e a sua intervenção torna-se então inútil...»

A lembrança que ainda conservo de Perdigão mostra-m'o belo, ativo, saudavel, calmo de espirito, o gesto enérgico. Alguns meses depois da nossa passagem, aquele espirito perturbou-se. Levaram-no para a Europa.

A paisagem sorridente e harmoniosa do seu Portugal parecia tê-lo curado. Voltou para Angola — e a loucura de novo se apousou dele, correndo a tiros de pistola os amigos que outrora lhe eram mais queridos. Foi preciso sequestrá-lo.

Penso às vezes que o poder misterioso dos feiticeiros da Lunda foi mais forte que toda a sua inteligência e o seu espirito de

justiça de homem civilizado. Pela selva de Angola, como por todas as selvas do mundo, rastejam mistérios... O viajante de hoje passa de automovel em belas estradas, ou de «Pullman» pela via ferrea. Mas esses delgados veios de civilização não atingiram a alma negra. Na Lunda, perto de centros importantes, como Saurimo — agora batizado em Vila Henrique de Carvalho para simplificação das geografias — vi um feiticeiro metido numa extravagante malha vegetal, raçada como uma serpente, provida de dois seios postiços, que um ridículo quadrado de tecido de algodão azul marinho pretendia ocultar. A cara escondia-se por detraz de uma soberba máscara de madeira esculpida, furada na altura dos olhos, em estreitas fendas.

Acrobata exímio, torcia os membros uns nos outros, como se fossem cordas. Esta desarticulação bastava para atrair a curiosidade das multidões: mas no olhar dos homens e, principalmente, das mulheres — dessas mulheres que, quasi nuas, se despojavam ainda de um adorno ou de um pano do vestuário para lhe dar — brilhava uma angustiada admiração pelo seu poder malféfico e sobrenatural.

Sem dúvida, é na arte dos venenos, que este, como os outros, vão buscar os mais secretos recursos — e os mais eficazes.

A flora de Angola e a surpreendente riqueza entomológica fornecem todos os ingredientes necessários às misturas mortíferas, instantâneas ou lentas, e àquelas que fazem enlouquecer. Outrora, certas populações chegavam ao extremo de envenenar até os espinhos dos atalhos: se hoje se não atrevem a fazê-lo, a malícia dos feiticeiros conserva, pelo menos, as tradições de morte — e delas aproveita, a menos que, algum dia, o furor popular se volte para os mukuches e os arremesse do alto de alguma pedra dos feiticeiros que é a sua rocha larpia...

Ao longo das estradas e veredas ha encontros mais divertidos. Um dia, à passagem dum rio, o ruído do motor da camioneta e o barulho dos pranchas soltas sobre as vigas, assustaram — muito pouco — duas «Suzanas» Ba-lumba no seu banho. Nuas e molhadas, brilhavam ao sol como ovos de Pascoa, de chocolate — e então compreendi a pergunta do nosso amigo Comandante Bezerra, do navio que nos trouxe de Lisboa a Loanda: «Então, você vai comer chocolate?»

Ambas as beldades se enrolaram em seu pedaço de pano e com simulado pudor aproximaram-se do carro.

As formas eram roliças e nos olhos havia um brilho velado, a denunciar dissimulação...

Uma tatuagem, aos bicos, de pontilhado azul, riscava-lhes as saliências dos seios, e os cabelos desfiados em pequenas betas engraçadas, da espessura de cordeis, pareciam reticular-lhes as frentes; um risinho contido e sensual gorgeara-lhes no fundo das gargantas.

Oh! Mas a sua pele era um milagre de suavidade, fina, lisa, de imperceptível «grão», sem o mais leve defeito. Como é de uso em todas as mulheres da África tropical, conservam a pele com uma terra própria, um barro muito macio.

O motorista português cuspiu no chão vermelho do caminho e disse: Mulheres para soldados pretos do posto de Xa-Lugue, lá para cima! Se elas tivessem sido surpreendidas por soldados, não se tinham vestido!»

Pela maneira como elas olhavam para o homem concluí que também para este se não teriam vestido.

Sorriam com uma espécie de ingénua depravação; e os pânos que se lhes colavam ao corpo ainda húmido, faziam-nas mais belas ainda do que pareciam ao banharem-se no rio.

(Conclui na página 24)

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

A nuncia-se a vinda de alguns indígenas de Timor à Exposição Colonial do Pôrto. Ficarão essas paragens remotas do nosso Império representadas na série de tipos antropológicos coloniais que ali se reunirão, num criterioso intuito de pôr bem em evidência a heterogeneidade dos elementos étnicos com que temos a contar nos nossos domínios de além-mar.

Decerto toda essa parada de raças me interessa como antropologista, e aguardo com vivo empenho a oportunidade de nela proceder a estudos, análogamente ao que foi feito, por exemplo, por Deniker & Laloy numa Exposição de Paris, a que concorreram indígenas de várias regiões do globo. Mas os timorenses terão um lugar muito especial nestes estudos, porque, ao contrário do que sucede com indígenas das nossas colónias da África e da Ásia, de que já tive ensejo de examinar directamente vários espécimes, não me foi dada até hoje a satisfação de observar mais do que, ha poucos meses, um só timorense. Forneceu-me a oportunidade para esta observação singular, o meu antigo condiscipulo e chefe dos serviços de saúde de Timor, dr. Abel Tavares, que, sabendo da estada no Pôrto dum nativo timorense, obteve d'este a aquiescência para esse exame.

Ora a Antropologia de Timor tinha já sido objecto de estudos meus, porém indirectamente, sobre os registos inéditos de 107 observações efectuadas nas regiões timorenses de Okussi e Ambeno pelo falecido antropólogo Fonseca Cardoso, registos que este investigador não chegara a coordenar. Desacompanhadas de fotografias ou mesmo de impressões sintéticas pessoais sobre a população considerada, tive de basear as minhas conclusões etnológicas, apenas, nas estatísticas que organizei sobre as observações individuais dos caracteres descritivos e métricos considerados. Claro está que procurei numa escassa bibliografia nacional e estrangeira sobre os indígenas de Timor ou sobre populações afins doutras paragens da Australásia, necessários elementos de confronto. Foi sobretudo importante o subsídio que, para comparações, encontrei nos estudos, então ainda em publicação, do meu saúdoso colega e amigo, o eminente antropologista holandês, dr. Herman van Kate que observou 41 indígenas da parte holandesa da ilha e apenas 9 *Ema-Belu* (*Belu* significa *aliado, amigo*) da região portuguesa.

Menor foi o auxilio que recebi do estudo, aliás rigoroso nos métodos de observação, do prof. Barros e Cunha sobre uma série de crânios de Timor, existente em Coimbra: e que segundo Leite de Magalhães, só providencialmente essa série será na totalidade, de crânios timorenses, pois foram os crânios recolhidos numa árvore sagrada do reino de Cová, constituindo restos trágicos da coluna do capitão Câmara, massacrada em Falumia e da qual faziam parte timorenses, africanos, índios e portugueses. De passagem, notemos que os crânios de Timor existentes nos nossos Museus apresentam, quasi todos, amplas perdas de substância óssea na região basilar. E que pertenceram em geral a prisioneiros de guerra

cujas cabeças teriam sido decepadas pelos indígenas vitoriosos. No seu belo estudo sobre a etnologia timorense, apresentado em 1919 à Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, o sr. Leite Magalhães incluiu a fotografia duma cerimónia ritual em Liquiçá perante três cabeças de inimigos mortos em combate. Recordo-me ainda da narração que o ilustre militar e colonial me fez um dia da grandeza wagneriana do canto do *lorçá*, canto guerreiro com que os indígenas antecederam as suas expedições e que (sabido que a luta é sem quartel) assume, nas sombras da noite, vindo do seio das florestas, um tom solene e impressionante de tragédia.

Mais pormenores darei oportunamente sobre estes costumes guerreiros de Timor, e, a propósito de van Kate, há pouco citado, não deixarei também de mais uma vez evocar a sua existência nómada de estudioso, ligado no Japão ao nosso Wenceslau de Moraes por uma amizade de que já ha tempos tratei em monografia especial.

Mas volvamos à antropologia de Timor. A-pesar-de não dispor de outros elementos além dos registos de Cardoso e dos escassos materiais de comparação a que aludi, pude elaborar dois trabalhos em 1916 sobre aquele assunto. Ora, além de várias conclusões que, pelo seu carácter especializado, não cabe sequer enunciar num breve artigo de vulgarização como o que estou descrevendo, emiti a de que o timorense médio de Okussi e Ambeno se devia pa-

recer fisicamente, com o *batak* (indonésios de Sumatra) de que o grande De Quatrefages deu um bom retrato na *Histoire Générale des Races Humaines*. Pois tive a satisfação de ver esta aproximação expressamente confirmada pelo ilustre etnólogo sr. Leite de Magalhães, que esteve muitos anos em Timor e a quem surpreendeu naturalmente que sem fotografias de timorenses eu tivesse podido chegar a um tal resultado. Este só mostra que os métodos antropométricos e descritivos usados no estudo somatológico das raças têm de facto, um valor pratico que alguns injustificadamente lhes recusam.

Bemvindos sejam, entretanto, ao Pôrto os *Ema-Belu* que nos visitarão durante a Exposição próxima.

Além do alto significado politico de solidariedade cordial que possui este concurso, na metrópole, de representantes das diferentes raças coloniais, ele vai ter um interesse de divulgação, no nosso público, das virtualidades étnicas da população de Portugal de além oceano, mas terá ainda o interesse científico a que nos referimos.

Embora seja de lamentar que não haja possibilidade de se efectuar uma representação ainda mais numerosa, congratulemo-nos, porém, desde já com uma iniciativa cuja utilidade é manifesta, sob os vários aspectos indicados. Assim, o Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto prepara-se para colher desta iniciativa um certo número de observações de alguns interesses.

Associação Comercial de Luanda

Foi o seguinte o resultado da eleição dos novos corpos gerentes da Associação Comercial de Luanda, realizada em 2 de Março:

Assemblea Geral: Presidente, Salvador de Figueiredo e Faro; 1.º Secretário, Nicolau Augusto dos Santos; 2.º Secretário, António F. de Oliveira Carrapa.

Direcção: Presidente, João de Sousa Machado; Vice-Presi-

dente, Abílio Coutinho Romão; 1.º Secretário, João Rodrigues Lagos; 2.º Secretário, Vicente José da Costa; Tesoureiro, José da Silva Oliveira; Vogais, António Diamantino e Joaquim da Silva Pinho; Suplentes, Ivo Henriques da Conceição e Alípio José Ferreira.

Conselho Fiscal: António Sors Lagrifa, Luiz do Ceu Rodrigues e José Joaquim Marcelo.

«Portugal Colonial» cumprimenta os novos corpos gerentes da Associação Comercial de Luanda.

PORTUGAL COLONIAL

Mas estas eram mulheres «civilizadas». Nas aldeias, andam nuas, de seios pendentes, apenas com uma pele de macaco a cingir-lhes os rins. Passada a primeira juventude, depois do primeiro filho, deformam-se logo. Um velho belga que fazia vida solitária no sertão, vivia rodeado de um certo número de adolescentes negras. «Mes petites dactilos...», assim lhes chamava com satisfação. «Que quere? elas envelhecem tão depressa!»

Como se a deformação natural não bastasse, as mulheres esborracham os seios com uma correia muito torcida. Dir-se-ia que os seus admiradores negros não apreciam os dotes físicos. Depois, ha as cicatrizes grossas, salientes — cicatrizes rituais no peito, para esconjurar uma doença — cicatrizes em cordões paralelos, atravessados no ventre, por motivos pretensamente religiosos: de facto, segundo parece, para aumentar a excitação dos prazeres do amor...

Entre os «quissamos», no centro da Colónia, a prostituição não existe senão depois que foi levada para ali pelo exemplo dos brancos. Mas desde tempos imemoriais praticam a «valunga», isto é, a venda em hasta pública de uma rapariga cujos pais, por serem muito pobres, não podem pagar a bôda. Então, em grande cortejo, percorrem a aldeia, com bandeiras e tam-tans à frente, parando de porta em porta e oferecendo a filha a quem mais der. Dão-lh'a por uma noite. No dia seguinte o mesmo cortejo volta a buscá-la — e leva-a em seguida ao noivo: o banquete do casamento já pode então realizar-se.

Estes costumes vão-se perdendo. Fica apenas o da incisão, costume, de resto, muito espalhado pela maior parte da África primitiva. As matronas das tribus gangueles levam as filhas para o mato, na época da puberdade, para lhes infligir a dolorosa operação: durante todo o tempo que a ferida leva a sarar estas raparigas, agora mulheres feitas, são besuntadas com um emplastro de grêda, feita de argila especial, que lhes dá o aspecto fantasmático de negras «brancas». Esta côr branca indica, por antifrase, o fim da virgindade.

De facto, significa e anuncia a fecundidade. As noivas mundombes e quissamas fazem um passeio nupcial através da povoação, inteiramente nuas e besuntadas de branco desde os pés à cabeça. Mas como a esterilidade é deshonra, plantavam uma bananeira no dia do casamento — e se a mulher não estava grávida quando a bananeira amadurecia os frutos, podia repudiar o esposo incapaz. É mais um hábito que se perde. A escôlha da bananeira explica-se pelo facto de o período que vai da floração até à maturidade, ser de nove meses. Esta semelhança de períodos não podia deixar de impressionar a alma simples dos nêgros.



Aqui, as raparigas preparam um toucado semelhante a um capacete de cabelos, argila e oleo, tudo pintado a vermelho com raís de «tacula».

Além disso cobrem-se de bijutarias, entrançam conchinhas, e tiras de coiro, carregam-se de colares, braselêtes, cintos e anéis de marfim, e enrolam em tórno dos membros arame de ferro ou de cobre que lhes serve de vestuário, sem lhes ocultar as linhas que às vezes tem uma finura «exquisita». A forma dos braços, sobretudo, é de uma graça encantadora. Nas mais vulgares, mesmo nas mais feias, fazendo parte de um tipo extraordinariamente espalhado, o contôrno das espáduas, o roliço dos músculos, a ligação dos cotovêlos e dos pulsos torneados sob o envólucro liso de uma pele quasi aveludada no seu acobreado muito igual, atingem a perfeição.



Corramos depressa...

Margens do Cassai, no Congo belga, perto de colónia de Angola.

Um dos sertanejos da região, um italiano, olha para um grupo de pretas acoroadas diante de nós. Algumas são ainda muito novas — outras já são idosas.

E o italiano debruça-se, a sorrir, para uma delas, pega-lhe na ponta de um dos seios, esfica-o como se fôsse de coiro, e na pele engelhada da velha que ri também, assenta tranquilamente o fio da navalha...

OS ESTUDANTES E A EXPOSIÇÃO COLONIAL

«Dadas as características coloniais do nosso país, é obvia a necessidade da máxima expansão da propaganda das nossas colónias, tornando extensivo ao maior número o conhecimento de tudo quanto, relacionado com os nossos domínios ultramarinos, sob todos os pontos de vista, possa despertar, possa fazer reviver e possa exaltar as qualidades de iniciativa e de acção colonizadora do espírito nacional.

O ensino colonial específico, em vez de bastante alargado e fazendo parte integrante de todos os núcleos de ensino e centros de cultura geral e superior, encontra-se, infelizmente, concentrado na capital, e em restritas cadeiras de algumas Faculdades das Universidades, sendo muito limitados os ensinamentos de índole colonial ministrados nos centros de cultura geral que são os Liceus. De maneira que, onde se reconheça a necessidade de fomentar o interesse pelos assuntos coloniais, só a iniciativa particular ou as obras circum-escolares dos Liceus podem realizar alguma coisa nesse sentido, mais ou menos apoiadas pelas instituições oficiais.

Porém, embora seja muita a boa vontade destes núcleos, não poderão êles realizar integralmente a sua obra se os recursos lhe faltarem. Sucede isso, agora, com a Exposição Colonial a realizar no Pôrto.

Não poderão, por falta de recursos e de subsídios, os alunos dos Liceus, visitar a Exposição. Por isso devia promover-se a visita dos alunos dos nossos Liceus, à Exposição Colonial do Pôrto, mormente daqueles que se interessem e pertençam às obras circum-escolares liceais, destinadas a despertar e a fomentar entre os seus filiados, o interesse pelas nossas Colónias.

Pode o Estado realizar essa iniciativa, sem grande dispêndio, quer pela formação de combóios especiais, quer facultando, em cada pôrto de mar de cidade liceal, a viagem nos seus navios de guerra ou noutros de sua pertença, e hospedando em quartéis, asilos, etc., os turnos liceais que irão visitar a Exposição, e cuja demora máxima no Pôrto, não deverá ultrapassar três dias.

Esta iniciativa pode ser, ainda, auxiliada com as verbas destinadas a excursões de que alguns liceus dispõem, por subsídios dos Ministérios da Instrução, das Colónias, das Comunicações e Obras Públicas e do Secretariado da Propaganda Nacional.

Realizará, assim, o Estado Português, uma obra benemérita e patriótica, na certeza de que as verbas gastas com esta propaganda não serão de pura perda, antes sim, um capital cujos juros, mais tarde, darão excelente e frutífero rendimento».



Esta série de interessantes sugestões que transcrevemos do nosso presado colega *O Jornal do Comércio e das Colónias* vai encontrar, estamos certos, o melhor acolhimento dos organismos que poderão auxiliar a inteligente iniciativa de levar à Exposição Colonial do Pôrto tôda a mocidade estudiosa do país, pois é precisamente à mocidade portuguesa que se destina a eloqüente lição de Colónias que vai pronunciar-se no Pôrto em Junho do ano corrente.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês Espírito de Genebra...

JÁ conhecíamos o livro do húngaro quando o jornalista português sr. Paulo Osório chamou para êle a atenção dos seus compatriotas.

Motivos que não subsistem mais, determinaram-nos então a ficar silenciosos. O que se não pode então fazer, fá-lo-emos hoje como é nosso direito... e dever.—Pois falemos também...



Para o livro do sr. Elmer Bohm só há um comentário justo, merecido, apropriado: o vômito. O vômito colossal de uma Nação inteira sobre a torpeza sem nome, mascarada de seiática candidez de quem só busca o progresso da humanidade à luz meridiana da mais pura verdade científica...

Não faremos comentários sobre a profetia do farçante—mas há que fazer considerações à margem porque muito oportunas são e a propósito vêm:

Creemos cegamente no triunfo e na eternidade da Raça e da sua obra, generosa entre as mais generosas que as nações tenham realizado através dos séculos — mas julgamos que êsse destino glorioso só é possível se for amassado e modelado por nossas mãos activas, incansáveis, comandadas por um espírito de perseverança, equilíbrio e continuidade, que domine superiormente os mais altos interesses da nacionalidade.

Por isso nos confrange — dizemo-lo com tristeza — essa espécie de indiferença passiva que por aí se estadeia, alheada dos perigos que nos rodeiam, na persuasão falaz de que ignorar o perigo é eliminá-lo ou diminuí-lo. Toldam-se os astros no firmamento da política mundial. Acastelam-se nuvens de mau preságio. Por isso nos confrange êsse leviano descuidar de tanta coisa decisiva para a nossa existência de grande nação colonial e de velha e gloriosa nação europeia.

Nunca tivemos, como nação, uma vida despreocupada e feliz, como tantas outras. Diz um velho prolóquio que os povos felizes são os que não têm história. Ora nós somos um povo essencialmente histórico...

Assim, adquirimos uma indiferença, que é já histórica também, ante a eminência do perigo em que

só acreditamos quando se torna irrefragável e dolorosa realidade.



Além dos perigos tradicionais de cuja ciência vagamente nos apercebemos, a paz mundial — suprema irrisão! — teve artes de nos engendrar um novo perigo não menos temeroso na sua perfídia e na sua hipocrisia — e também na sua irresponsabilidade e inconsciência: — o chamado «espírito de Genebra».

Mas quem inventou, quem dá corpo e forma a êsse «espírito», espécie de ectoplasma viscoso que logo se desfaz e refaz à primeira revolta das vítimas cobardemente atacadas ou ofendidas, senão essa fauna suspeita de sacripantas que, à ilharga dos plenipotenciários encartados, formigam pelos corredores e desvãos invios de Genebra, alugada para certos fretes a que se não presta gente de mãos limpas e fôlha corrida? De maneira que — saibamo-lo todos os Portugueses e tomemos as necessárias precauções! — lemos mais um inimigo declarado, mais um perigo a conjurar, o «espírito de Genebra!»

E o que pretende? porque nos combate? porque é nosso inimigo?

Com efeito, já vai em três lustros que pertencemos ao arcêpago genebrino e nunca o «espírito de Genebra» fez outra coisa senão desconhecê-nos, desprezar-nos ou incomodar-nos. E nunca país algum tomou assento em tavola internacional mais honradamente desprevenido de malignas ou especiosas intenções, do que êste honrado povo que só não dá a pele para servir os outros quando não sabem pedir-lha! Assim partiu êle ingenuamente para a guerra da Flandres — porque lhe disseram que ia defender o Direito e a Justiça ameaçados...

O «espírito de Genebra»! Espantafio sem força quando é necessário, quando é essencial que a exerça para defender os fracos e os oprimidos que clamam justiça — que não sabe impor nem administrar — ganha prosápias de tutor impertinente sempre que à sua alcada voluntariamente se acolhem algumas nações de menos soberbia e mais lealdade e obediência à fé jurada, sem geito ou atrevimento para lhe atirar com os pratos à cara, como já vimos fazer a certas gran-

des nações, quando o «espírito de Genebra» timidamente esboçara—para a galeria ver—um gesto contrafeito de repulsão ou censura a certos actos condenáveis...



Defendamo-nos pelos nossos próprios meios. Na hora do perigo o «espírito de Genebra» não nos conhecerá, nem de vista, para o mais ligeiro auxílio. Talvez seja até o mais perigoso e encarniçado dos nossos inimigos, embora sob o disfarce hipócrita de um formulário diplomático que sabe guardar as conveniências...

É de nós portugueses de hoje que tem de partir o início da acção colectiva. Abandonemos o cómodo sistema de descarregar de nossos ombros as responsabilidades e deveres que são só nossos, para os endossar ao «Governo», concepção abstrata que o nosso comodismo imagina pleno de omnisciência e onnipotência, quando se trata de para ele empurrar a tarefa que deve ser nossa, e lhe ratinha prestígio e autoridade quando os governantes precisam assegurar-se dessa autoridade e desse prestígio, outorgados lealmente, patrioticamente, sem reservas nem reticências, para bem realizar a obra específica que aos governos e só aos governos compete realizar.

Os governantes carecem dêsse imperativo da Nação para se sentirem fortes da sua força, seguros do seu prestígio e conscientes do seu dever de mando e orientação. Nem o mando deve andar diluído nem a orientação pode oscilar ao sabor do capricho irresponsável dos turbas—que na hora crítica só gera confusão e pânico.

Contra uma nação compacta e coesa, disciplinada e forte, as pedras de quaisquer Bohms impregnados ou não do «espírito de Genebra», perder-se-ão no espaço, sem perigo de maior, como simples bolas de sabão...

A. S.

Notas do mês

Mercadorias para a Exposição Colonial

Tornando-se urgente estabelecer as medidas que devem regular a exportação, feita pelas colónias, das mercadorias que vierem representar a sua produção e indústria na Exposição Colonial, a efectuar em Julho e Agosto, na cidade do Porto, foi publicado o seguinte decreto:

Artigo único. Ficam os governos coloniais autorizados a publicar e pôr em execução as medidas e formalidades a que devem ficar sujeitas as mercadorias de produção e indústria das Colónias, que sejam exportadas para a metrópole a-fim-de figurarem na Primeira Exposição Colonial Portuguesa que se realizará em Julho e Agosto do corrente ano na cidade do Porto.

§ 1.º As referidas medidas concederão a essas mercadorias a isenção total dos direitos aduaneiros e demais imposições, bem como todos os impostos que correntemente oneram a exportação, e que são cobrados tanto para o Estado como para quaisquer cor-

porações ou outras entidades, com excepção do imposto do selo, que será sempre cobrado pelo mínimo que for devido.

§ 2.º A exportação das referidas mercadorias será feita com observância, no que for aplicável, do decreto n.º 25-444, de 5 de Janeiro do corrente ano.

Um ciclone

O ciclone que passou na região de Lurio destruiu os edifícios do posto e da Missão de Vacoro, casas comerciais, linhas telegráficas, morrendo seis indígenas.

Cairam também grandes tempestades em Ribau e Malene no litoral de Moçambique, destruindo várias pontes e causando prejuízos nas estradas. Os prejuízos na agricultura são grandes, morrendo afogados quatro indígenas. O caminho de ferro de Moçambique igualmente sofreu alguns prejuízos que foram logo reparados tendo sido pequena a interrupção do seu tráfego.

O governo mandou proceder imediatamente às reparações das pontes e das estradas, estando em quasi tôdas restabelecido o trânsito.

Estas tempestades são ali conhecidas com o nome de mone-mucaias.

A Associação Central da Agricultura Portuguesa e o próximo Congresso da Agricultura Colonial.

Reuniu a Secção de Agricultura Insulana Colonial da Associação Central da Agricultura Portuguesa para estudar a melhor forma de colaborar na organização do Congresso de Agricultura Colonial e Intercâmbio que se realiza no Porto.

A Secção aplaudiu esta útil iniciativa resolvendo que ficassem encarregados das questões relativas à Agricultura Colonial o sr. Conde de Bobone e das questões de Intercâmbio o sr. dr. António de Mantero Velarde.

A Liga Agrária do Norte representou à Associação Central da Agricultura na última reunião da Comissão Organizadora do Congresso.

Beira Railways

A assembleia geral da Beira Railways acaba de se realizar em Londres. O Presidente da Direcção declarou que se as receitas continuarem a aumentar a Companhia poderá pagar antes de Setembro o cupão vencido em 1 de Janeiro, que é o único em atraso, e proceder ao serviço normal de amortizações.

A melhoria das receitas resulta do aumento dos transportes de cobre da Rodésia e de uma compressão de despesas de exploração. As receitas aumentaram notavelmente em Setembro e Outubro.

Associação dos Agricultores de Angola

Realizou-se no passado mês de Fevereiro a Assembleia Geral para eleição dos corpos gerentes desta importante colectividade angolana, que ficaram assim constituídos:

Assembleia Geral: Presidente, Carvalho & Freitas, Limitada; 1.º Secretário, Diogo & Companhia; 2.º Secretário, Sousa, Leal & Companhia, Limitada.

Direcção: Presidente, Fomento Geral de Angola; Vice-Presidente, Companhia do Açúcar de Angola; 1.º Secretário, Henrique Cayatte; 2.º Secretário, Sociedade Angola e Congo; Tesoureiro, Gomes & Irmão, Limitada; Vogais efectivos, João Martins, Limitada e A. Madeira & Companhia; Vogais suplentes, Felix & Companhia e Ferreira, Castro & Companhia.

Conselho Fiscal: Ricardo da Silva Pires; Matos, Vaz & Companhia; Robert Hudson & Sons Limited.

A nova Direcção da Associação dos Agricultores de Angola, "Portugal Colonial" dirige os seus melhores cumprimentos.

Diversas

Vai ser ouvido o Conselho Superior das Colónias sobre o projecto respeitante à extinção do juri comercial nas colónias.

— Vai ser publicado um decreto respeitante à publicação duma «Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo».

— Foi determinado que de futuro a instrução de todos os processos disciplinares, não deva demorar-se mais de 30 dias e

que os processos pendentes nas colónias sejam concluídos dentro do referido prazo.

• Como auxiliar dos Serviços de Justiça foi publicado o Ementário Judiciário das Colónias, elaborado pelo sr. dr. Duarte Bruno.

• O director de fazenda adjunto de Lourenço Marques em virtude das incompatibilidades estabelecidas na Carta Orgânica do Império ao director de fazenda, passa a exercer os cargos de presidente do Conselho Fiscal da Direcção dos Portos e Caminhos de Ferro, vogal da Junta de Crédito Agrícola, da Comissão Administrativa da Caixa Económica Postal e do Conselho Superior Técnico de Obras Públicas.

• A equivalência franco-ouro, para percepção de taxas telegráficas nas colónias abaixo mencionadas, foi fixada, até determinação em contrário e a partir de 10 de Março, respectivamente em:

Angola, angolares 7.50

Moçambique, escudos 7850

• Vão ser extintas as Intendências dos Bens dos Inimigos em Angola e Moçambique passando as suas atribuições para as respectivas Direcções de Serviços de Fazenda.

Cabo Verde

Foi pedida a verba necessária para a conclusão das obras de canalização e junção das águas da nascente do Rochedo com as de Águadinho, para o abastecimento de água à população da Ilha do Fogo (Cabo Verde).

• Foi nomeado o tenente-coronel médico do quadro de saúde das colónias José da Silva Neves, chefe da Repartição de Saúde da Direcção Geral dos Serviços Centrais, para, em comissão de serviço público, proceder na colónia de Cabo Verde a uma inspecção aos serviços do seu quadro de saúde cujas conclusões possam orientar o estudo de uma nova organização desses serviços mais adequada às condições geográficas e sociais do arquipélago e da sua população.

• Foram enviados para Cabo Verde quatro faróis completos para ali serem montados.

• O governo de Cabo Verde, está tratando de promover em larga escala em todo o arquipélago o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, entregando esses serviços a técnicos de reconhecido mérito tanto em agricultura como em pecuária.

• Em Cabo Verde, está sendo organizada uma excursão à metrópole por ocasião da Exposição Colonial do Pôrto.

Angola

Foi determinado que o inspector, engenheiro Arnaldo de Paiva Carvalho, proceda à inspecção e inquérito sobre a forma como vêm sendo executados os serviços a cargo da Direcção dos Correios e Telégrafos da colónia de Angola, assumindo, após a sua chegada a Luanda, a direcção dos mesmos serviços, podendo o mesmo funcionário requisitar o pessoal que julgar necessário para o bom desempenho da sua missão.

• Segundo telegrama recebido, estão já concluídos o muro-cais e armazens no pôrto do Lobito, estando a proceder-se ao assentamento das linhas férreas, e encontrando-se já desmontados os respectivos maquinismos.

Nesse telegrama solicita-se a solução do problema relativo à construção da ponte-cais de Luanda, a fim de se dar início aos respectivos trabalhos.

• Segundo comunicação recebida de Angola vai ser mandada construir a importante estrada que ligará Caiundo com o Quangar, cujo traçado já foi aprovado, estrada que terá a extensão de 280 quilómetros.

Mais informa que foi inaugurada a estrada entre Silva Pôrto e Vila da Ponte pelo Chitembo, a qual encurta o caminho em 180 quilómetros.

• Vão recomeçar brevemente os trabalhos para a construção da ponte sobre o rio Loge bem como a construção da estrada que ligará os distritos de Luanã e Zaire ao Congo.

• O governo de Angola pede autorização para a direcção dos correios e telégrafos da colónia poder fixar as taxas ao câmbio do dia, para maior facilidade dos seus serviços.

• A Associação Geral do Trabalho da Beira telegrafou ao Ministério das Colónias comunicando que a referida associação resolvera por aclamação saídar o Governo da Nação Portuguesa, bem como o seu ilustre consócio honorário sr. dr. Armando Monteiro, que rege a pasta do Império Colonial, e agradecer a carta de alforria da cidade da Beira, cuja efectivação do estatuto aguarda ansiosamente.

• Procede-se actualmente aos estudos da irrigação das margens do rio Cavaco, a fim de desenvolver ali a agricultura especialmente a cultura do algodão, pois para essa cultura existem terrenos férteis para a sua exploração em alta escala. A Associação

dos Agricultores daquela colónia vai enviar uma representação ao Governo central relativamente à fixação do prémio a conceder aos exportadores de algodão.

Também de Catete, onde essa cultura é feita em larga escala, por ser a mais própria da região solicitaram do Governo que o seu comércio seja feito em regime livre.

• Foi erlado o Monte-Pio Geral de Angola. Os estatutos vão ser aprovados superiormente.

• Tendo-se levantado dúvidas sobre se o artigo 1.º do decreto n.º 23.202 de 4 de Novembro de 1933, que determina a arrecadação, nos cofres de cada colónia, das receitas cobradas pelos serviços públicos, é aplicada às custas judiciais emolumentos notariais, o sr. Ministro das Colónias, ouvidas as estações competentes, comunicou aos governos das colónias que o mesmo preceito não abrange a referidas custas e emolumentos.

• O governador geral de Angola, telegrafou dizendo que a Direcção de Agricultura acaba de montar estações de reprodução de sementes no planalto de Malange, e nos de Benguela e Huila.

• O governo de Angola informa que vai tomando grande incremento a cultura do algodão naquela colónia, tendo vários agricultores manifestado o desejo de a promover em larga escala, para o que o referido governo pede que seja enviada grande quantidade de sementes seleccionadas para as distribuir pelos agricultores.

• Foi comunicado telegraficamente para Angola ter sido assinado com a Caixa Geral de Depósitos, o contrato para o empréstimo à colónia da quantia de vinte e cinco mil contos, acertadíssima medida do sr. Ministro das Colónias, destinada ao Fundo de Manio na referida colónia, e que vem resolver, em parte, o magno problema das transferências.

• O governo de Angola telegrafou comunicando que acaba de determinar a onda de 34,50 na estação radiotelegráfica de Luanda, pedindo para que Monsanto e Faro, estivessem atentas a informar do resultados das experiências a efectuar em 19 do corrente, às 21 e às 23 horas.

• Pela Associação Comercial do Planalto de Benguela vai ser enviada ao governo central uma representação coberta com milhares de assinaturas, pedindo para que a capital da colónia de Angola, seja em Nova Lisboa.

• O governo de Angola pediu a substituição das cédulas de um, dois e meio angolares por moedas metálicas correspondentes.

• Segundo telegrama do governo de Angola, este, em virtude de estar promovendo o desenvolvimento agrícola daquela colónia, pede para seguirem para ali com brevidade, engenheiros agrónomos.

• Segundo comunicação de Angola foram ali montados pelo Estado algumas oficinas de beneficiação, para melhorarem convenientemente o café e valorizarem a sua exportação. Para o milho também o Governo pensa montar idênticas oficinas nas principais zonas da sua produção.

• Vão ser autorizadas, mediante determinadas condições, carreiras aéreas na colónia de Moçambique.

Moçambique

Vai ser reduzido o número de cipais em serviço nas circunscrições da colónia de Moçambique, devendo o total desses cipais ser de uns mil e trezentos.

• O governo de Moçambique enviou uma proposta ao governo central para ser alterado o quadro dos inspectores dos Caminhos de Ferro daquela colónia, no sentido do quadro ser reduzido.

• De Moçambique vão enviar uma exposição ao Governo protestando contra o aumento do imposto de consumo sobre vários produtos naquela colónia e sobre o aumento da contribuição industrial, contribuição de registo por título oneroso, imposto de selo, etc., aumentos levados a efeito pelo governo daquela colónia.

• Tendo-se reconhecido ser insuficiente o prazo para ser efectuada a inspecção aos serviços de Fazenda e contabilidade e demais serviços da colónia de Moçambique onde se prepare e efective a cobrança de receitas e se liquidem processos e paguem despesas, foi determinado que fosse prorrogado por mais três meses, a contar do prazo mencionado na portaria de 4 de Agosto de 1933, a fim de que na inspecção de que está encarregado o inspector superior de Fazenda das colónias, João Pinto Crisostomo, chefe da Repartição de Fiscalização da Administração Financeira das Colónias, fiquem também abrangidos os serviços das direcções distritais e repartições de Fazenda dos concelhos e Caixa Económica Postal.

• Foram aumentadas as forças de fiscalização nas fronteiras de Moçambique em vista de terem sido apreendidos últimamente na fronteira do Transvaal grandes quantidades de sedas e perfu-

marias que eram introduzidas naquela nossa colónia clandestinamente.

• Foi a comissão do desemprego da colónia de Moçambique solicitou do Governo que seja aplicada a lei de 48 horas por semana, que seja proibido aos funcionários públicos exercerem funções particulares, e que seja estabelecido um salário mínimo.

• Segundo telegrama recebido ontem de Moçambique, devido ao ciclone que por ali passou houve importantes prejuízos em Chiuro nas culturas e nas habitações indígenas, pelo que o governo daquela colónia tem mandado distribuir alimentos e sementes aos habitantes daquela região.

• Foi proposta a criação de um lugar de notário na Vila de "João Belo" (Moçambique).

• O engenheiro sr. Trigo de Moraes enviou um telegrama ao sr. Ministro das Colónias comunicando-lhe ter sido inaugurada em Nova Lusitânia (Moçambique) a primeira fábrica de carburante nacional, construída no Império.

• Vão ser criados mais três lugares de inspectores de contabilidade e fiscalização dos Caminhos de Ferro de Moçambique.

Índia

Vão ser permitidas às instituições da Índia tuteladas do governo, sempre que julguem convenientes aos seus interesses o poderem empregar os capitais disponíveis a juros não inferiores a três e meio por cento.

Os empréstimos não superiores a 10.000 rupias, por hipoteca, podem ser até 50 % do valor de prédio rústico e 30 % de prédio urbano. Por penhor de acções da comunidade podem ir até 75 % do valor das mesmas acções.

Os empréstimos superiores a 10.000 rupias só poderão ser concedidos em condições especiais e autorizados pelo governo.

• Foi fixado definitivamente o dia 4 de Março próximo para a realização das eleições dos vogais eleitos dos corpos administrativos da Índia, continuando até lá a exercer as suas funções as actuais comissões.

• Foi determinado que as actuais Câmaras Municipais da Índia continuem no exercício das suas funções com os mandatos prorrogados, até às novas eleições.

Foram mantidas naquele Estado as Câmaras Municipais dos concelhos da ilha de Goa, Salsete, Bardez e Mormugão, e passaram a Comissões Municipais as dos concelhos de Damão, Pondá, Quempem, Sanquelim, Pernem e Diu e a juntas locais as de Sanguem, Canacona, Sarari e Nagar-Aveli.

• Segundo comunicação do governo da Índia vão ser organizados os quadros dos diferentes serviços daquele Estado em harmonia com as disposições contidas na reforma administrativa da autoria do sr. Ministro das Colónias.

• Segundo comunicação da Índia recomeçaram as obras de construção da ponte "General Carmona" (ponte de Cartolim), que tinham sido interrompidas em virtude de algumas alterações introduzidas no primitivo projecto.

• Segundo comunicação da Índia vai ser adjudicado por concurso a uma empresa particular a exploração dos serviços de navegação colonial no Estado da Índia, e que a Repartição do Gabinete do Governo Geral daquela colónia passe a ser constituída por um chefe de gabinete, um ajudante de campo, dois oficiais às ordens ou secretários, um arquivista e dois amanuenses.

• O governo da Índia pediu autorização para utilizar cerca de 80 mil selos postais da taxa de 6 réis da emissão de 1913.

• Foi determinado que sejam isentas do imposto de 10 % as especialidades farmacêuticas importadas do Depósito Geral de Medicamentos, com destino aos organismos autónomos do Estado da Índia.

• O governo da Índia vai estabelecer um subsídio em rupias equivalente a 3 contos anuais à Sociedade de Geografia de Lisboa, para despesas que a mesma Sociedade tem que fazer para o intercâmbio escolar por meio de correspondência epistolar.

Macau

O governador de Macau comunicou estar concluída a divisão administrativa da colónia, bem como a organização do quadro administrativo, cujo diploma vai submeter à apreciação do sr. Ministro das Colónias.

• O governo de Macau vai contrair na Caixa Económica Postal, um empréstimo de 25.000 patacas, a 5 % de juro ao ano, destinado a melhoramentos no hospital geral, tais como aquisição de aparelhos de raios X, diatermia, actinoterapia, hidroelectroterapia, etc. Esse empréstimo terá por base os novos aumentos nas pautas, que devem produzir: açúcar, a \$20 por quilo, 3.000 £; cerveja, 2\$00 a 4\$00 por litro, 2.000 £; tabaco manufacturado, a 2\$500 e 3\$500 por quilo, e em rama, a 6\$00, 7.000 £; gasolina,

5\$00 de adicional, 25.000 £; licenças para comerciar, 20 % de adicional, 15 £; transferências, 10 % de adicional, 12.000 £.

A nova taxa sobre a cerveja importada é equivalente a mais do dobro da que paga a cerveja fabricada na colónia.

Em princípio, está assente que o tabaco para consumo dos indígenas pague 2\$500 por quilo e o que for importado para consumo de europeus 3\$500 por quilo. Pensou-se em impor um selo nos bilhetes da lolaria, que deveria produzir £ 1.000, mas este assunto ficou para ser considerado em melhor oportunidade.

Timor

Pelo conselho do governo de Timor foi aprovado o regulamento do trabalho indígena, em harmonia com as disposições contidas no decreto n.º 16.139.

• O governo de Timor comunicou que foi aprovado pelo conselho do governo o orçamento para o futuro ano económico com um saldo positivo de 24.186 patacas, sendo as receitas previstas 1.820.510 patacas, mais 446.787 que no orçamento anterior. Foi inscrita para obras de fomento a quantia de 130.000 patacas, quando no orçamento anterior essa verba era apenas de 27.500 patacas. Para a instrução foram inscritas 64.050 patacas, tendo no orçamento anterior sido inscrita a verba de 7.520 patacas.

PRAGA DE GAFANHOTOS

Publicamos a seguir o comunicado oficial dos Serviços de Agricultura de Angola sobre a praga de gafanhotos que infesta aquela colónia e está causando enormes prejuízos em numerosas plantações:

DISTRITO DE LUANDA—Dia 7—Sobre a fazenda Gratidão, área da Circunscrição Civil do Dande, passou uma grande nuvem de gafanhotos, que tomou a direcção da Barra do Dande. Outras nuvens se têm localizado na área desta circunscrição, causando por vezes estragos importantes.

Dia 11—Na área do Posto Civil da Barra do Dande aterraram diversas nuvens, prestes a desovar.

Dia 12—No Posto Civil do Bom Jesus, área da Circunscrição Civil do Icolo e Bengo, pousaram diversos bandos alados, que atacaram as plantações de cana sacarina. Em toda a região de Cateete encontram-se errando sem direcção definitiva, pequenos bandos muito dispersos de Nomadacris, quasi todos próximos da maturação, sendo de esperar que venham a fazer posturas dentro de pouco tempo.

DISTRITO DE BENGUELA—Dia 15—A área do Posto sede da Circunscrição Civil de Quilengues, é invadida por enormes bandos acridianos. Os Postos Cíveis do Impulo e Tchongoroi, da mesma circunscrição, são também invadidos por grandes nuvens, que têm alarmado os indígenas.

Dia 16—Posto Civil do Balombo, da Circunscrição Civil do Bailundo, é assolado por uma grande nuvem, que destrói as searas de milho dos indígenas.

Dia 17—Sobre o Posto sede da Circunscrição Civil da Ganda, passou uma enorme nuvem, que, vinda de Oeste, tomou a direcção Norte. Sobre a região de Cajanje—Posto do Quimpejo, da Circunscrição do Huambo—voou às 10 horas uma nuvem vermelha, com a extensão aproximada de 10 quilómetros vinda dos lados da Caala e seguindo em direcção ao posto sede.

Dia 18—Sobre a povoação do Lépi, da Circunscrição Civil do mesmo nome, voou uma extensa nuvem vermelha, que, vinda de Sueste, seguiu para o Sul.

Dia 19—No Posto Civil do Balombo, da Circunscrição Civil do Bailundo, grandes nuvens continuam destruindo as culturas de milho.

Dia 26—Desde as 14 às 18 horas, nuvens sucessivas de gafanhotos passam sobre a povoação do Bocoio, da Circunscrição Civil do Lobito.

Dia 29—A 5 quilómetros do Posto do Quipeio, Circunscrição do Huambo, voou uma nuvem em direcção ao Luimbale, com o comprimento aproximado de 5 quilómetros.

Dia 31—Nos Postos Cíveis do Mungo e sede, da Circunscrição Civil do Bailundo, os gafanhotos voltaram a fazer a sua aparição e no Posto do Luimbale foi notada a existência de saltões. Quasi toda a área do Posto do Egito é invadida pela praga, causando prejuízos importantes nas lavras dos indígenas e nos palmares dos europeus.

DISTRITO DO MOXICO—Dia 9—Pelos 15 horas passou uma nuvem com 2 quilómetros de comprimento, de cor esbranquiçada

(?) sobre o Pósto Civil do Sessa, Circunscrição dos Luchazes, vinda do Norte e seguindo em direcção ao Sul.

DISTRITO DO QUANZA-SUL—Dia 20—Um vôo de côr vermelha, com a extensão de 20 quilómetros, passou na Circunscrição Civil de Gabela, com rumo ao Pósto da Quilemba.

DISTRITO DO QUANZA-NORTE—Nas áreas dos Postos do Lucala e Pungo Andongo, da Circunscrição Civil do Cazengo, apareceram grandes bandos de saltões.

Não obstante as instruções e circulares que, desde ha muito, a Direcção dos serviços de Agricultura e Comércio vem expedindo para os diversos distritos, com o fim de periodicamente se conhecer, com precisão, todo o movimento dos gafanhotos dentro da colónia, seus focos de origem e outros aspectos da praga, a maior parte das circunscrições continuam a não dar conhecimento do que se passa nas suas áreas, sendo desta forma completamente impossível organizar comunicados mensais tão completos como seria para desejar.



A luta anti-acridiana está sendo efectuada da seguinte forma: **DISTRITO DE LUANDA**—Na Circunscrição de Icolo e Bengo uma brigada de 100 indígenas procede à destruição dos saltões na área do Bom Jesus.

Na restante área, muitos gafanhotos alados têm sido mortos pelos indígenas, lançando fogo ao capim onde pernhoitam.

DISTRITO DE BENGUELA—Foram tomadas providências para a destruição, com lança-chamas, dos bandos alados que fizeram a sua aparição nos Postos do Mundo e sede, da Circunscrição do Bailundo, e das larvas e saltões que apareceram na região do Lubir, do Pósto do Luimbale.

Para esse fim, foi ordenada a entrega de mais 2.000 litros de mistura inflamável e uma barrica de arseniato de sódio.

DISTRITO DO QUANZA-NORTE—Na Circunscrição de Cazengo a campanha destruidora dos saltões preocupa a autoridade local, lutando-se, porém, com grande dificuldade, devido à extensão, número dos bandos e falta de materiais de combate. Foi pedido ao distrito de Malange para enviar ali algum material, sendo possível.

DISTRITO DO QUANZA-SUL—Nalguns Postos das Circunscrições do Seles e Gabela diversas brigadas indígenas têm destruído alguns bandos de saltões pelo método das valetas.

Bastantes focos de posturas têm sido isolados pelo mesmo processo, esperando-se a eclosão dos ovos para depois lhes dar caça.

Na Circunscrição de Calulo toda a área está devidamente policiada, conforme o plano estabelecido pela direcção da Campanha, tendo-se já destruído alguns bandos de larvas.

DISTRITO DA HUILA—Na Circunscrição da Chibia—Postos do Quiungo, Capelongo e Mulondo—foi ensaiada a apanha dos ovos e destruição dos saltões, tendo a colheita já efectuada atingido cerca de uma tonelada de ovos.

Na circunscrição dos Gambos—Pósto de Humbe—foram adquiridos por compra aos indígenas 385 quilos de ovos. Nesta circunscrição, onde existe uma policia especial encarregada de procurar os focos de reprodução, conforme o plano estabelecido, e na Circunscrição Civil do Lubango foram dados diversos combates a bandos alados, com resultados satisfatórios.

DISTRITO DE MALANGE—Na Circunscrição Civil do Duque de Bragança, alguns milhares de indígenas, divididos em diferentes brigadas e adoptando o método das valetas, destruíram na totalidade todos os bandos de saltões que ali tiveram a sua origem.

Na Circunscrição do Quela, de Malange e outras, foram destruídas por uma cava superficial, grandes massas de ovos e, com as valetas e lança chamas, muitas toneladas de saltões.

Este distrito é, sem dúvida, um dos que mais tem trabalhado na luta anti-acridiana.

DISTRITO DE LUNDA—Na Circunscrição Civil de Cassai-Sul tem-se destruído muito gafanhoto, com os recursos locais, lutando-se porém com falta de ferramentas.

Das restantes circunscrições da colónia não foram recebidas comunicações algumas sobre trabalhos realizados contra a praga dos gafanhotos.

Distribuição de verbas:—Do Crédito de 30.000,00 Ags., aberto pelo Diploma Legislativo n.º 565, de 3 de Fevereiro findo, foi feita nova distribuição de verbas pelos seguintes distritos e circunscrições: Benguela, 50.000,00; Lunda, 10.000,00; Quanza-Sul, 25.000,00; Quanza-Norte, 20.000,00; Zaire-Congo, 10.000,00; Huila, 25.000,00; Luanda, 10.000,00; C. C. do Ambriz, 15.000,00.

Como materiais de combate e defesa, encomendou-se uma remessa de 30 pulverizadores de pressão contínua e diversos componentes de uma mistura produtora de fumo para defesa das culturas.

Brevemente será encomendado mais material, incluindo lâmbem lança-chamas e arseniato de sódio.

Vão ser realizadas experiências sobre a possibilidade de emprego de diversos produtos resultantes da destilação da resina do «Mubafo» (Canarium m'bafo), para a destruição das larvas e saltões.

A aviação e métodos biológicos contra os bandos alados:—A Mr. Uvarov, membro do Locust Control e uma das maiores sumidades sobre estes assuntos, foi enviada uma nova consulta quanto à viabilidade prática do emprego da aviação e de alguns métodos biológicos, ultimamente descritos nalgumas revistas estrangeiras, na luta contra os bandos voadores.

Gente do Império



Zavala—Tipos de mulher

BIBLIOGRAFIA

Fradique

Casquilho, bem enluvado, vestido com aprumo por bom alfaiate, visitou-nos há dias, um elegante do jornalismo alfacinha. Declinou o seu nome, um nome curto, sintético, um nome-biografia: disse chamar-se simplesmente *Fradique*.

Pousou o chapéu e a bengala, e vagarosamente descalçou as luvas de excelente pele inglesa.

Com um á-vontade de criatura viajada, instruída, de cuidada formação intelectual, sentou-se sem esperar convite—e logo ali nos contou os seus magníficos projectos de desempoeirar o jornalismo indígena, de lhe tirar aquele seu ar soturno habitual, insuflando-lhe um pouco de fantasia, de "humour", de leve e graciosa ironia—em suma, espiritualizando-o.

Faria Teatro, Literatura, discutiria Arte. De onde a onde trataria—mas com elevação, com sinceridade!—de Política, uma política sã, nacionalista, verdadeira política de renovação. E já agora, pois que era preciso suscitar o interesse das "elites", pelos problemas coloniais, também das Colónias de Portugal se ocuparia com um carinho muito particular... Finalmente, e porque Fradique tinha uma roda gentilíssima de amigas cuja simpatia não desejava

alienar — seria por vezes um pouco frívolo (não se admirassem!) pois não desprezaria os pequenos "polins", elegantes desta terra de coscuvilheiros...

Aquele breve quarto de hora de cavaqueira amena — em que apenas desempenhamos o papel de atencioso ouvinte — tornou-nos velhos amigos, quasi amigos de infância...

Então Fradique — o já nosso amigo Fradique — levantou-se com dignidade, tomou o chapéu e a bengala, calçou de novo as luvas de excelente pele inglesa, e num á-vontade de pessoa viajada, instruída, de cuidada formação intelectual, inclinou-se com um breve sorriso amável — e prometeu voltar!

Pois que volte, venha para o cavaco — e muitas vezes — amigo Fradique!



Problemas do Século 20

Acabamos de receber o novo trabalho **Problemas do Século 20** do moço ensaísta F. Alves de Azevedo. A falta de espaço inibe-nos de fazer por agora mais larga referência ao seu novo livro, o que faremos no próximo número de *Portugal Colonial*.



Ultramar

Editado pela Direcção da I Exposição Colonial Portuguesa e destinado à propaganda da mesma Exposição começou a publicar-se o quinzenário *Ultramar* dirigido pelo fundador e antigo Director da *Portugal Colonial* Sr. Henrique Galvão, agora Director técnico da Exposição Colonial Portuguesa, e pelos Srs. Mimoso Moreira e Artur de Figueiredo.

Cumprimentamos o nosso novo colega e desejamos-lhe as melhores prosperidades.



3 anos no Ministério das Colónias

O nosso presado colega *O Jornal do Comércio e das Colónias* dignou-se transcrever o artigo publicado na *Portugal Colonial*, no seu número de Fevereiro intitulado "3 anos no Ministério das Colónias".

Agradecemos a transcrição



Recebemos e agradecemos:

Notícias da Huila — de Huila.

Brado Africano — de Lourenço Marques.

O Comércio — de Luanda.

O Lobito — de Lobito.

Actualidade — de Nova Lisboa.

Missão Africana — da Beira.

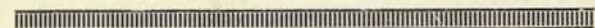
União — de Lourenço Marques.

Notícias do Bié — de Silva Porto.

Notícias — de Lourenço Marques.

Boletim Trimestral da Repartição dos Serviços de Estatística — de Angola.

Comércio da Beira — da Beira.



Cotação dos Produtos Coloniais no Estrangeiro

O Banco Nacional Ultramarino recebeu do Anglo Portuguese Colonial and Overseas Bank Limited, as seguintes cotações, com data de 8 de Março corrente:

AMENDOIM: África Oriental.—Mercado mais ou menos quieto, cotando-se o embarque em viagem, para os portos opcionais, a £ 8.2.6. por tonelada cif. A tendência é um tanto fraca ha-

vendo grande número de ofertas de Bombaim a £ 8.6.3. por tonelada cif que influencia desfavoravelmente o mercado.

GERGELIM: África Oriental.—A actividade da semana não foi importante havendo actualmente compradores para partidas de branco e/ou amarelo com embarque imediato para portos italianos a £ 10.5.-, e para Copenhague-Aarhus ao mesmo preço. Talvez fosse possível obterem-se £ 9 1/2 para partidas de mixto para os portos opcionais, mas mesmo a este preço os compradores não mostram interesse de maior.

LINHÇA: África Oriental.—Mercado mais ou menos quieto mas com tendência regular, cotando-se a tonelada cif portos do Reino Unido a £ 10.-, e cit portos do Norte da Europa Continental £ 9.15.-.

SEMENTE DE ALGODÃO: África Oriental.—Não há alteração de maior, continuando o mercado bastante quieto com fraca tendência. Na falta de transacções de vulto indicamos o seu valor nominal a cerca de £ 4 1/2/£ 5 por tonelada de primeira qualidade entregue fora do navio em Liverpool.

RÍCINO: África Oriental.—Mercado um tanto fraco sem transacções importantes. A seguir passamos a indicar os valores nominais do fecho: Hull, £ 9.2.6.; Antuerpia, £ 8 3/4 e Marselha £ 9. por tonelada cif. A cotação de Hull inclui 10% de direitos de importação.

MAFURRA: África Oriental.—Nada ha a reportar sobre este mercado, continuando a tonelada a ser cotada nominalmente cif Marselha a £ 2.15.-.

OLEO DE PALMA: Mercado mais quieto, cotando-se o de Lagos, para embarque a prazo, a £ 13.5.- (vendedores); brandos, disponíveis, £ 12.10.0./£ 12.12.6.; em viagem libras 12.10.0.; Médios e Sherbro Vermelho, para embarque a prazo (vendedores), £ 13.5.- por tonelada cif.

COCONOTE: Mercado mais quieto, com fraca tendência, havendo compradores de partidas com embarque durante Março-Abril a £ 7.3.9. por tonelada. O valor efectivo orça por £ 7.5.-.

SISAL: África Oriental.—O mercado permanente mais ou menos regular mas quieto, não havendo actividade de maior tanto por parte dos compradores como por parte dos vendedores resultando daí, portanto, uma tendência frouxa. A seguir indicamos as cotações do fecho:—N.º 1 f. a. q. (qualidade média regular), Janeiro-Março, Fevereiro-Abril, £ 17; Março-Maio, Abril-Junho, £ 17.2.6. e Maio-Julho, £ 17.5.-. por tonelada cif. Os compradores oferecem cerca de 2/6 d. menos por tonelada. O N.º 2, também f. a. q., vale cerca de 15/- menos e o N.º 3 cerca de 35/- a 40/-.

ESTOPA: África Oriental.—Mercado bastante quieto, na base de £ 11.15.-. por tonelada de N.º 1 f. a. q. cif.

ALGODÃO: África Oriental.—Não ha alteração neste mercado no que diz respeito às variedades desta proveniência, continuando a ter fraca procura em consequência da concorrência que lhes é feita pelo algodão do Alto Egipto. O mercado em geral continua mais ou menos activo com uma tendência mais ou menos regular senão mesmo apreciativa. Fecho do mercado de Liverpool, em 7-3-34: Médio Americano (Padrão), 6.61 d.; Março, 6.30; Abril, 6.29; Maio, 6.28; Junho, 6.26; Julho, 6.25; Agosto, 6.24; Setembro, 6.23; Outubro, 6.22; Novembro, 6.22; Dezembro-Fevereiro, 6.24; e Março, 6.25 por lb.

COPRA: Mercado firme, cotando-se a FMS de Moçambique, disponível, a £ 8.7.6.; Straits FMS. para Rotterdam, Março, £ 9.11.3.; Ceilão FMS, para 5 portos, Março, £ 10.3.9. (vendedores); Straits FM £ 8, cif.; Filipinas FMS £ 7.17.6. (vendedores) e Manila FM cif Marselha £ 7.5.-.

BORRACHA: Este mercado continua bastante activo e os valores apreciaram sensivelmente, cotando-se a fôlha de borracha de plantação (Padrão) disponível a 5 5/32; Maio, 5 7/32; Julho-Setembro, 5 3/8 e Outubro-Dezembro, 5 7/16 por lb. Movimento dos portos, na semana finda em 3-3-934: Londres: importação, 1.621 toneladas; entregas, 1.716; existência, 39.680. Liverpool: importação, 127 toneladas; entregas, 239; existência, 52.832.

CACAU: O mercado do disponível continua firme mas um tanto quieto. Para embarque. São Tomé, 26/- cif; Trindade, 36/- a 40/-; Sumner Arriba, 50/-; Superior da Baía, 25-3 e Costa Rica, 29/6 d. cif.

CAFÉ: Este mercado continua sensivelmente activo, os valores mostrando apreciações regulares. Para embarque imediato: Superior de Santos e N.º 7 do Rio 54/- e 50/- o cwt (112 lbs.) c. & f.

MILHO: África Oriental.—Não ha ofertas de espécie alguma da origem não se antecipando movimento algum antes da próxima colheita.

Todos os Portugueses
devem visitar a



1.^a Exposição Colonial Portuguesa

N O

P O R T O

Junho — Setembro de 1934

PORTUGAL COLONIAL

REVISTA DE PROPAGANDA
E EXPANSÃO COLONIAL

Director—ÁLVARO AFONSO DOS SANTOS

**Assuntos económicos — comerciais
agrícolas, industriais e financeiros.
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Metrópole e Ilhas Adjacentes:

Avulso	3\$00
Semestre	18\$00
Ano	36\$00

Colónias Portuguesas e Brasil:

Avulso	4\$00
Semestre	24\$00
Ano	48\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00



Grande Prémio de Honra concedido na Grande Exposição Industrial Portuguesa de 1932 à «Fundição de Oeiras»

Sociedade de Fundição e Construção Mecânicas

OEIRAS



Diploma Comemorativo das Feiras de Amostras Coloniais de 1932 concedido à «Fundição de Oeiras»

A actividade económica do País conta no seu activo com mais um valioso elemento de produção. A **Fundição de Oeiras** abreviatura porque se tornou mais popularmente conhecida, tem a sua Sede em Oeiras, na linha de Cascais, a 15 quilómetros de Lisboa. No local onde há três anos nada mais havia que terreno inculto, realça hoje sobremaneira à vista um aglomerado de edifícios de linhas sóbrias mas elegantes, obedecendo à estrutura e estética modernas. A sua montagem, o seu apetrechamento técnico com todos os maquinismos, os mais modernos, para a função a que se destina, pode considerar-se modelar em Portugal. Por isso a **Fundição de Oeiras** orgulha-se de apresentar no mercado português os seus produtos em condições de competir em absoluto, tecnicamente, com os das suas congéneres de além fronteiras. Apta a executar todos os trabalhos de fundição e esmaltagem sobre ferro fundido, tem-se dedicado muito especialmente ao fabrico de banheiras de ferro esmaltado, o que por ser um trabalho em extremo delicado, necessitando de larga aprendizagem e obedecendo a uma mão de obra especializada, determinou a indispensável ida ao estrangeiro e longa permanência ali de operários portugueses.

É curioso citar que, em pouco mais de dois anos saíram da sua fábrica cerca de 8.000 banheiras! o que não deixaria de representar 32.000 libras que pesariam na saída de ouro do país se tal quantidade fosse importada. A sua laboração no respeitante a banheiras está infelizmente restrita apenas ao que lhe permite o consumo dos mercados do Continente, porquanto das tentativas que se fizeram para a introdução deste artigo nos mercados coloniais, só resultou prejuizo, não só pelo elevado custo dos fretes, problema hoje em parte já resolvido, mas também porque as pautas alfandegá-

rias nas Colónias do nosso Império não incluem ainda as facilidades que constam já das pautas metropolitanas, quanto à protecção à indústria nacional na parte respeitante a banheiras de ferro esmaltado...

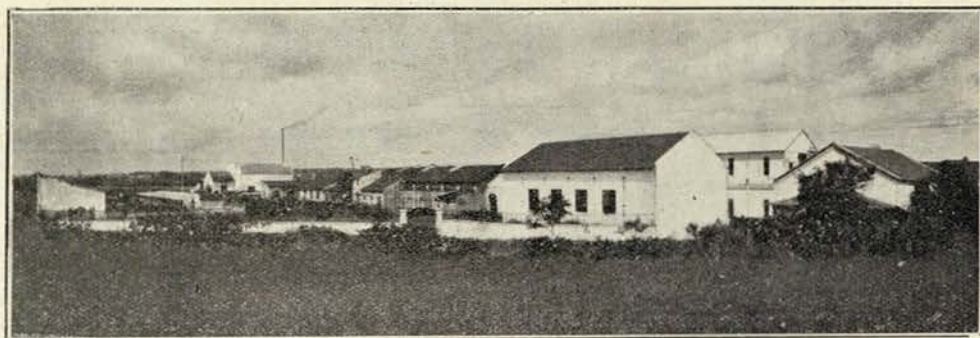
Sabemos que foi presente ao Ilustre Ministro das Colónias, uma exposição pedindo que sejam criadas as facilidades indispensáveis de modo a permitirem a entrada nas nossas Colónias, das banheiras de ferro esmaltado de fabricação portuguesa. Tão depressa essa pretenção seja satisfeita, como é de inteira justiça, entrará a **Fundição de Oeiras** no máximo da sua laboração justificando assim a razão da sua existência e o pleno aproveitamento de todo o material com que foi, para esse fim, apetrechada.

Tem hoje a **Fundição de Oeiras** em serviço permanente diário uma média de 100 operários, todavia, assim que entre em franca laboração, esse número, já considerável, será elevado para mais do dobro, o que contribuirá em parte para a solução da actual crise de desemprego, felizmente já bastante atenuada pelas acertadas medidas que nesse sentido tem tomado o nosso Governo.

A montagem desta indústria no nosso país representa um notável esforço e uma iniciativa que deve merecer de todos os portugueses o melhor apoio. Para a prosperidade das nossas indústrias que sabem sê-lo — a primeira condição e a principal, é criar-se-lhes condições de vida que as defendam dos "dumpings", estrangeiros, disfarçados ou declarados. Ora os produtos da **Sociedade de Fundição e Construção Mecânicas, autenticamente nacionais, genuinamente portugueses**, precisam encontrar nas nossas Colónias o bom acolhimento pautal que já hoje encontram na Metrópole.



Sua Ex.^a o Sr. Dr. Armino Monteiro, Ilustre Ministro das Colónias, no «Stand» da Fundição de Oeiras, na Feira de Amostras de Luanda



Vista parcial da Fábrica — lado Sul

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1930	1931	1932	1933		1934
	Julho	Índice-médio	Índice-médio		Índice-médio	Janeiro	Janeiro
LISBOA (cidade)	100	1.726	1.302	1.636	1.304	1.449	1.131

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em Dezembro de 1933

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	367.683	1.843.032	—	—	7.060.819	1.570.064
Banco do Comércio e Ultramar..	13.133	424.411	960.941	1.125.032	302.807	878.133
Banco N. Ultramarino (Sede)..	6.924.699	275.926	73.654.935	64.805.965	48.511.052	59.427.637

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1934
		15 de Janeiro	15 de Janeiro
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	32\$00
Cacau paiol	»	62\$00	(d) —
Cacau escolha	»	36\$00	16\$00
Café de S. Tomé, fino	»	(b) 210\$00	(d) —
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	66\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	61\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	64\$00
Café do Cazengo	»	120\$00	60\$00
Coconote	»	33\$00	13\$50
Copra	»	42\$00	15\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(e) 22\$50
Rícino	»	27\$00	15\$00
Gergelim	»	34\$00	17\$00
Algodão	Quilog.	10\$00	5\$00
Cera	»	16\$00	(d) —
Cola	»	6\$00	1\$30
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	1\$20
Milho.....	»	\$94	\$70
Coiros	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado (e) 2.^a qualidade.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro de 1934

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1933	1934	1933	1934
	Janeiro	Janeiro	Janeiro	Janeiro
Reexportação :				
Cacau	226.790	309.482	611.844\$00	596.378\$00
Café	19.905	457.041	90.235\$00	1.332.986\$00
Cera	12.032	37.199	91.384\$00	264.313\$00
Outras mercadorias	25.229	34.807	63.000\$00	102.313\$00
Total	283.956	838.529	856.463\$00	2.295.990\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	738.955	287.066	3.474.066\$00	875.200\$00
Cera	25.656	5.666	213.100\$00	43.205\$00
Óleos de palma e côco	38.939	7.316	39.680\$00	5.500\$00
Outras mercadorias	485.958	281.910	769.662\$00	263.216\$00
Total	1.289.508	581.958	4.496.508\$00	1.187.021\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante o mês de Janeiro de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	—	—	18.365	—	—	—
Açúcar	1.301.505	—	—	2.029.283	—	—
Café	202.566	—	—	28	13.156	—
Trigo em grão	2.006.101	—	—	—	—	—
Peles em bruto	34.706	964	—	4	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	48.578	—	—	251.478	—	—
Sementes oleaginosas	504.228	378	197.226	324.069	172.067	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	403	22	25	677	—	65
» da Madeira	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros)	47.635	685	5.922	31.028	3.360	1.040
» » brancos (decalitros)	8.036	80	970	27.645	222	110
» licorosos (decalitros)	270	166	38	27	—	80
Conservas de vegetais	7.823	1.013	1.020	4.722	194	2.357
Sardinhas em salmoura	150	18	—	—	20	—
Conservas de sardinha	1.493	1.714	76	6.491	637	507
Conservas de peixe	287	63	21	52	11	—
Cortiça em rolhas	20	39	—	9	1	92

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		15 de Fevereiro		15 de Março	
						C.	V.	C.	V.
—	—	17-10-1927	1926	L. 14\$67	—	—	—	—	
105\$00	66\$00	14-6-1933	1932	L. 7\$00	100\$00	103\$00	89\$00	92\$00	
87\$00	61\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	84\$00	85\$00	73\$00	77\$00	
325\$00	250\$00	24-3-1933	1932	L. 11\$55	295\$00	305\$00	319\$00	323\$00	
30\$00	—	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/3	15\$00	—	15\$00	35\$00	
—	7\$50	—	1927	—	—	—	—	—	
42\$50	37\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	40\$20	41\$00	38\$00	40\$00	
42\$50	40\$00	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	—	46\$50	37\$50	39\$00	
—	9\$50	1-4-1929	1932	L. 10\$00	7\$50	18\$00	13\$00	—	
160\$00	114\$00	26-4-1933	1932	L. 7\$00	157\$00	158\$00	139\$00	142\$00	
11\$50	11\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	11\$00	13\$00	10\$00	12\$00	

